

**30, 6 2023**

ATA

Sessão Ordinária de Abril – 05MAI2023 (2.ª reunião)
N.º 18/2021-2025

Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavoami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, a Assembleia Municipal de Ílhavo reuniu em Sessão Ordinária (2.ª reunião), no Salão Nobre dos Paços do Município, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, secretariada pelo Primeiro Secretário, Pedro José Catarino Senos Troia, com a presença dos seguintes Membros, diretamente eleitos: pelo Grupo Municipal do **Partido Social Democrata**, Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário; António José Flor Agostinho; André Filipe Casqueira Guimarães; Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves; e Sara Marina Tomé Fernandes; pelo Grupo Municipal do Movimento Independente de Cidadãos '**Unir Para Fazer**', José Manuel Figueiredo Pinto Reis; Pedro Miguel Cristo Graça; Cláudia Cristina Fernandes Reigota; e Mariana Silva Lopes; pelo Grupo Municipal do **Partido Socialista**, Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo; António Pedro Oliveira Martins; Diana Catarina Anastácio Gandarinho; Domingos Manuel Ferreira Vilarinho; e pelo Grupo Municipal do Partido **CHEGA**, Sérgio Louro.

Estiveram igualmente presentes os seguintes Membros por inerência de função enquanto **Presidentes de Junta de Freguesia**: Luís Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Encarnação), Carlos António das Neves Rocha (Freguesia da Gafanha da Nazaré) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).

Pela **Câmara Municipal de Ílhavo** estiveram presentes o Presidente da Câmara, João António Filipe Campolargo, o Vice-presidente, João Diogo da Silva Semedo; e os Vereadores, Assunção Mariana Carlos Ramos, Maria de Fátima Fragoso Teles, Paulo Sérgio Ferreira Nunes, Tiago Manuel Morais Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes.

Justificadas as respetivas faltas pelo Presidente da Assembleia Municipal: o Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer', a eleita Ana Raquel Gomes São Marcos Simões foi substituída pelo segundo sucedâneo da lista Rui Manuel da Rocha Rufino, e o eleito Ernesto Manuel Vidal Garrelhas foi substituído pela terceira sucedânea na lista Paula Alexandra da Graça Ferreira. No Grupo Municipal do PS, o eleito Manuel Modesto dos Santos foi substituído pelo sexto sucedâneo da lista, Gabriel de Almeida Fernandes, confirmadas e justificadas as ausências dos sucedâneos Carla Maria Madaíl Gandra Santos, Mariana Avelos Silva, Alfredo Joaquim Alves de Sousa, Sónia Alexandra Fernandes Gomes e Miguel Ângelo Teixeira Andrade.

A 2.ª Secretária da Mesa da assembleia Municipal, Irene Maria Ribau esteves Tavares justificou a sua ausência por motivos imprevistos e inadiáveis de última hora.

Os trabalhos desta Sessão Ordinária, nesta segunda reunião, forma retomados a partir do ponto 4 da Ordem do Dia:

Ponto 4. "**Oferta Pública de Aquisição de Imóveis para Implementação de projetos no âmbito do investimento RE-C02-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. Aviso de publicitação n.º 01/C02-i01/2021-Componente 02 - Habitação**". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 5. "**Apreciação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2022**". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 6. "**Aplicação dos resultados de 2022**". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 7. "**Mapa dos compromissos plurianuais assumidos no 2.º semestre de 2022 para a locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços**". Ato deliberativo: tomar conhecimento.

Ponto 8. "**Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 01JAN2023 a 15MAR2023**". Ato deliberativo: apreciação.

Ponto 9. "**Projeto do Regulamento Prémio Municipal de Arquitetura de Ílhavo**". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 10. "**Abertura de procedimento para Atribuição do Direito de Utilização Privativa do Domínio Público do Município de Ílhavo para a Instalação, Manutenção e Exploração de Pontos de Carregamento de Veículos Elétricos**". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 11. "**Compromisso plurianual para Locação de duas viaturas elétricas (ligeiro de passageiros) e uma viatura elétrica (ligeiro de mercadorias), em regime de Aluguer Operacional de Viaturas (AOV) e respetivos serviços associados**". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 12. "**Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2023**". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 13. "**Relatório de avaliação da observância do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2022**". Ato deliberativo: apreciação.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)

Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Substituição da 2.ª Secretária e Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (15:32")

«Minhas senhoras e meus senhores.

Boa noite, caros membros desta Assembleia Municipal. Boa noite, Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo. Boa noite a todos os que nos assistem estes trabalhos através da nossa transmissão streaming. Vamos então dar início a esta que é a segunda reunião da Sessão Ordinária de Abril de 2023.

A Segunda Secretária, a Professora Irene, por motivos de última hora não pode estar presente e, portanto, vamos ter que a substituir, porque os trabalhos não se podem desenrolar sem a Mesa estar com a devida composição, segundo a lei.

Gostaria de convidar a doutora Sandra Januário a assumir o papel de Segunda Secretária.

Meus Senhores, a Segunda Secretária vai proceder à chamada, está bem?»

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata. (17:23")

Período da "Ordem do Dia"

Ponto 4. "Oferta Pública de Aquisição de Imóveis para Implementação de projetos no âmbito do investimento RE-C02-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. Aviso de publicitação n.º 01/C02-i01/2021-Componente 02 - Habitação".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (19:47")

«Vamos então retomar os nossos trabalhos no Ponto 4 da Ordem do Dia, que é a "Oferta pública de aquisição de imóveis para implementação de projectos no âmbito do investimento REC02 e 01 - Programa de apoio ao acesso à habitação. Aviso publicitação número 01/C02-i01/2021 - Componente 02 - Habitação". Começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (20:21")

«Boa noite, Senhor Presidente. Boa noite a toda a Assembleia. Boa noite a quem nos assiste lá em casa. Dava este ponto para uma explicação inicial ao senhor vereador João Semedo.»

Vereador do Executivo, João Semedo: (20:37")

«Boa noite a todos. Bem, o ponto que trazemos, hoje, aqui à discussão, esta proposta que trazemos e que já passou pela Câmara Municipal, e que que foi aprovada, insere-se naquela que foi a Estratégia Local de Habitação desenvolvida e que originou uma candidatura no âmbito do "1.º Direito" e um financiamento por parte do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, o IHRU.

No seguimento dessa candidatura, a Câmara Municipal comprometeu-se a promover algumas soluções habitacionais, de forma a dar resposta aos agregados familiares que foram identificados como agregados que vivem em condições habitacionais indignas. No seguimento dessa aprovação colocámos ou comprometemo-nos com várias formas de solução, com várias soluções, nomeadamente a reabilitação de frações ou prédios habitacionais; ou a aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação; ou, então, aquisição de frações ou de prédios degradados ou que estejam em fase de reabilitação; ou, então, construção em terrenos que o Município já tenha; ou então uma solução mais composta, aquisição de terreno e posterior construção do empreendimento habitacional. Desta forma, e tal como está refletido no contrato com o IHRU, temos aqui um valor ligeiramente acima do meio milhão de euros, disponível no contrato, para aquisição de frações ou prédios, um valor na ordem dos 3,5 milhões para aquisição de frações ou prédios degradados e cerca de 7,5 milhões para aquisição de terrenos para posterior construção.

Desta forma, trazemos aqui uma proposta de podermos promover editais e, ou seja, desenvolvermos uma oferta pública de aquisição de imóveis.

E o que é que pretendemos com isto? Dizer ao mercado que estamos disponíveis para adquirir imóveis, prédios não edificados, portanto, terrenos para podermos desenvolver a nossa estratégia. Sabemos que pode ser um designio que, no nosso Município, pela sua dinâmica, possa ser mais complicado, mas, por outro lado, também queremos dar alguma segurança ao mercado e dizer que também queremos disponibilizar-nos para podermos desenvolver esta aquisição de uma forma mais ponderada, em que as pessoas se sintam confortáveis com as propriedades que têm.

Porque é que trazemos esta proposta aqui, hoje? Ou porque é que a levámos à reunião de Câmara, quando esta protocolo, quando este contrato já tinha sido aprovado? Foi uma questão de bom princípio, tendo em conta os valores que estão aqui associados. Portanto, é um reforço da aprovação que já ocorreu no passado.

Estou disponível, senhor Presidente, para qualquer esclarecimento que seja necessário.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (24':17")

«Muito bem. Vou então abrir as inscrições. Do CHEGA, há inscrições? Muito bem, temos o Sérgio Louro. Do Partido Socialista? Luís Leitão, Pedro Martins. Do 'Unir'? A Mariana Lopes. Do PSD? André Guimarães e Flor Agostinho. Muito bem. Vamos iniciar, então com o Sérgio Louro.»

Sérgio Louro, CHEGA: (25':37")

«Boa noite a todos os presentes e ao público que nos acompanha os nossos trabalhos, via plataforma de streaming.

Senhor Presidente, em virtude de não ter estado na Assembleia Municipal de 4 de março de 2022, data em que foi aprovada a Estratégia Local para a Habitação para o Município de Ílhavo, não tivemos oportunidade de nos pronunciar acerca desta estratégia. Mas como mais vale tarde do que nunca, aqui vai nossa posição.

Permita-nos discordar profundamente com a sua estratégia ou a estratégia do seu grupo de trabalho. A nossa opinião é que a sua Estratégia para Habitação e os seus Serviços Sociais não vão resolver problema nenhum da habitação ou o problema de pobreza no Concelho de Ílhavo. Bem pelo contrário, vai, a médio prazo, criar condições para o problema escalar e agravar mais do que já está atualmente. Senão, vejamos.

Segundo as suas palavras, no seu discurso de tomada de posse, na Casa da Cultura, o Concelho de Ílhavo é o concelho do distrito de Aveiro com o maior número de beneficiários de RSI [*Rendimento Social de Inserção*]. Por um lado, já aqui, na Assembleia, foi amplamente discutido que estamos num concelho de pleno emprego e com falta de mão de obra e que temos uma fasquia da população que não quer trabalhar de todo.»

O elemento da Assembleia Municipal de Ílhavo, eleito pelo partido CHEGA, teceu, seguidamente, considerações sobre o processo de imigração e o estatuto social dos imigrantes em Portugal, o Rendimento de Inserção Social, o assistencialismo aos imigrantes por parte de várias entidades públicas e privadas de intervenção social.

«Então agora vamos falar de estratégia para habitação e começo por perguntar onde é que está a estratégia? Para mim, que sou engenheiro, estratégia quer dizer planear e pensar no hoje e no amanhã. E aqui começa o problema. O senhor - ou a sua equipa - só pensou no agora, e quem vier atrás que feche a porta.

Na sua informação submetida a esta Assembleia para nossa análise, diz que identificou 122 agregados familiares. No entanto, podemos ler no documento da Estratégia Local de Habitação, aprovada aqui no dia 4 de março de 2022, há mais de um ano, na página 91, que a sua equipa identificou 146 agregados que em condições indignas. Afinal, são 122 ou são 146? Em que é que ficamos? Continuando com a palavra estratégia... que sejam 146 agregados. E quantos mais vão aparecer? Afinal, a vida não está a ficar mais fácil, bem pelo contrário, está a ficar mais difícil. O desemprego vai aumentar. É inevitável que vai ver agregados familiares que vão perder as suas casas.» *[interpeção da Mesa da Assembleia Municipal]*.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (31':44")

«Sérgio vai ter que concluir, está bem? Por favor.»

Sérgio Louro, CHEGA: (31':47")

«É mais pessoas vão precisar de ajuda. Mas agora, falando de forma mais lata, vamos falar do '1.º Direito'.» *[nova interpeção da Mesa da Assembleia Municipal]*.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (31':54")

«Sérgio, acho que não vamos poder falar mais, porque já esgotou o seu tempo. Está bem?»

Sérgio Louro, CHEGA: (31':57")

«Falta-me aqui só um parágrafo.» *[terceira interpeção da Mesa da Assembleia Municipal]*.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (32':00")

«É um parágrafo de quantas linhas, Sérgio?»

Sérgio Louro, CHEGA: (32':03")

«É um parágrafo.

Todos nós temos direito a ter uma habitação condigna. O senhor já olhou para os nossos filhos? Dificilmente vão conseguir comprar habitação no mercado inflacionado pelos inúmeros reformados que escolheram vir para Portugal viver os seus últimos dias. Reformados com poder de compra desigual para com os nossos jovens.

Não seria correto...» *[quarta interpeção da Mesa da Assembleia Municipal]*.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (32':22")

«Sérgio, vamos ter que terminar, está bem? Por favor. Fica a questão. Temos um Regimento para cumprir. Luís Leitão, por favor.»

Luís Leitão, Paulo PS: (32':53")

«Boa noite a todos. Boa noite a quem nos vê também lá em casa. E boa noite ao Sérgio, porque a democracia tem estas coisas mesmas, que é o direito de podermos manifestar-nos mesmo quando ouvimos, na minha perspetiva, um conjunto de baboseiras arrepiantes. Mas dá-lhe o direito, a legitimidade, de se poder manifestar.

Tenho também o direito de manifestar o meu mais veemente protesto sobre a intervenção do Sérgio, que, para mim, é arrepiante.

Diria mesmo que se contasse a história de um caso que existe, não retirava a importância de tudo aquilo que são os alcances das medidas que ajudam a apoiar milhares de outras pessoas que, não vivendo nesse pressuposto, conseguem, assim, ter um enquadramento muito mais feliz, e criarem condições para uma rampa de lançamento para uma vida normal. É para isso que existem essas situações.

A visão negativa do CHEGA destrói um pouco tudo aquilo que nós andamos a fazer há muito tempo.

Eu poderia era aproveitar a questão do Sérgio para dizer assim: além do assistencialismo, este projeto necessita de mais ambição. Isso é outra coisa. Agora, é importante poder pôr a mão a quem precisa e ter uma interpretação positiva daquilo que são as realidades, as realidades do nosso Concelho em concreto.

A formalização desta Estratégia Local de Habitação, suportada num apoio do Governo através do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana – o famoso IHRU - definem a importância da implementação desta estratégia, tornando-se num instrumento chave para a melhoria da qualidade de vida da nossa população, para a qualificação e atratividade do nosso território, assim como para a promoção da sustentabilidade do desenvolvimento urbano.

Essencialmente, trata-se de garantir à nossa população o direito e o acesso a uma habitação adequada, permanente, com um custo adequado e ajustado ao seu orçamento. Também, como garantir que as soluções habitacionais a desenvolver com o apoio público são conducentes à integração socio-territorial das comunidades menos favorecidas.

Isto era suficiente para anular a intervenção do Sérgio. Atualmente - se não forem estes dados, são, pelo menos, muito próximos... infelizmente é a dinâmica da nossa realidade, não é assim, senhor Presidente? - à data da avaliação eram 122 agregados. Era bom que fossem menos. Se calhar, até são mais. Vivem em situação indigna vários agregados em Ílhavo. Não

interessa se são 122... são vários, pelo menos esses, e respetivos familiares em riscos de exclusão.

Alguns destes agregados vivem em habitações com necessidades de reabilitação e é para esses e para essas pessoas que o Município deve procurar garantir uma nova forma de vida consubstanciada no direito à habitação.

A implementação da estratégia prevê um investimento, apesar das divergências e dos números apresentados nestes considerandos e os números do acordo assinado em agosto de 2022, que eventualmente Vossa Excelência por lapso se esqueceu de anexar à informação distribuída por esta Assembleia, de qualquer das formas, os valores no acordo são de 11,475 milhões. Ao contrário dos negociados no acordo de colaboração, que constam no acordo, de 12,744 milhões. Sendo que, a fundo perdido, ou seja, pouco mais de 50% deste valor, são 6,7 milhões, são a fundo perdido e o resto tem um financiamento garantido a taxa bonificada. Ou seja, estão criadas condições para um esforço por parte do Município.

A habitação é uma prioridade e temos de garantir o acesso a todos. Esta é a pedra de toque, repito. A habitação é uma prioridade e temos de garantir o acesso a todos.

O Plano de Recuperação e Resiliência veio focar-se muito na habitação. No caso do '1.º Direito', que é a medida que está englobada neste projeto, vem permitir, eu diria, o financiamento a 100% para os Municípios que fossem mais ágeis a implementar e finalizar verdadeiramente este Plano. Fica, no entanto, um desafio. Um desafio que, sabendo que em Ílhavo, até agora, aparentemente nada se faz ou nada se fez, e o previsto no âmbito do '1.º Direito' é, essencialmente, assistencialista para colmatar necessidades habitacionais básicas e urgentes, pergunto, para quando um projeto integrado direcionado para a classe média, para os jovens ou para aqueles que necessitam de melhor e mais habitação e não conseguem aceder à habitação pretendida.

Para quando, por exemplo, a liderança e a elaboração de projetos imobiliários de custos controlados com oferta de terreno a baixo preço, enquadrados em políticas de habitação ou em outras políticas públicas que o Município queira promover, garantindo melhores condições de habitação para todos.

Para quando, senhor Presidente, por exemplo, uma política objetiva de redução de custos de licenças ou construção, ou mesmo isenções de IMI, que suportem, estimulem ou promovam a construção de habitação própria?

Para quando, senhor Presidente, a venda de lotes para jovens, a custos controlados? Ou mais objetivo ainda, para quando o apoio a proprietários privados, antigos ou novos de frações ou prédios situados em áreas urbanas degradadas, cujas edificações possuem características de vetustez ou construção em risco que beneficiem de idênticas propostas de suporte, e estimulem a recuperação, no fundo, do edificado atual.

Assim, senhor Presidente, como a Câmara Municipal de Ílhavo está atrasada na implementação da Estratégia Local de Habitação, já passaram 9 meses desde a assinatura do acordo, espera-se que este passo seja o momento da dinamização da estrutura local de habitação e que permita a resolução dos problemas da ação social, mas também a apresentação de soluções, em especial para a classe média, como acima referi. Os jovens e a classe média precisam de um passo além deste '1.º Direito'.

Senhor Presidente, o Partido Socialista vai votar a favor.»

Pedro Martins, PS: (39:51")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Boa noite a todos.

Primeiro que tudo, uma nota para a, não há outra forma de o dizer, para a lamentável intervenção do Sérgio, do CHEGA. Penso que, tenho a certeza que essa doutrina é a doutrina do CHEGA. Não sei se também é a do Sérgio, mas se for tenho a lamentar.

Acabámos de assistir a um discurso xenófobo. É um discurso xenófobo, xenófobo contra estrangeiros, contra alguém que vem não sei de onde, vem tirar o trabalho aos nossos compatriotas, vem tirar a habitação e casa para habitar aos nossos concidadãos. Quer dizer, isto é a coisa mais... digamos que é oposto, o contrário daquilo que se defende nos tempos de hoje. O contrário daquilo que se defende nas democracias liberais, nos Estados sociais de direito. É completamente o oposto e isso tem que ser combatido. O PS está habituado a combater os extremismos, sejam de esquerda ou de direita, e continuamos nessa senda a combater aquilo que tem que ser combatido. Portanto, discursos xenófobos que não fazem sentido absolutamente nenhum. Que é têm soluções que apontam o dedo às dificuldades do país ao nível da habitação, ao nível do emprego, etc. O emprego até estamos numa situação diria assim, ainda há poucos meses falámos sobre isso, estamos numa situação de pleno emprego praticamente neste país. Mas enfim, apontam o dedo sempre aos mesmos, aos estrangeiros, a outras etnias, etc. Apontam sempre o dedo a... os culpados são sempre os

mesmos e nós não sabemos como é que isto termina. Sabemos como é que começa, não sabemos como é que isto termina. Mas enfim, se lermos um pouco a história, sabemos normalmente como é que termina. De qualquer forma, era uma nota que não podia de deixar aqui referida, porque é grave aquilo que acabámos de ouvir. E eu pergunto, perguntaria ainda sobre isso, quem é que muitos portugueses, muitos concidadãos, não estão disponíveis hoje, nos tempos de hoje, não estão disponíveis para executar os trabalhos que muitos desses cidadãos de outros países vêm executar cá em Portugal. Portanto, há muitos portugueses que já não estão disponíveis para trabalhar pelo salário mínimo para determinadas funções. Portanto, eu gostava de saber quem é que vai assegurar essas funções? Como é evidente, essas funções, hoje em dia, são asseguradas por muitas pessoas de outras nacionalidades. Bom, mas sobre isso, penso que a nota já vai longa e é suficiente.

Eu gostava de falar sobre a estratégia local de habitação e sobre este ponto da oferta pública de aquisição de imóveis, para, digamos, ajudar a resolver este problema de habitação que temos.

Portanto, este primeiro passo, esta oferta pública de aquisição de imóveis... não posso deixar de referir o seguinte. A estratégia local de habitação foi aprovada há cerca de um ano, há cerca de um ano. E ao fim de um ano, eu tenho que ligar este ponto com algo que foi referido na atividade municipal - não tenho outra forma de o fazer, porque está referido na Atividade Municipal aqui, acerca do '1.º Direito' - que no passado dia 22 de fevereiro de 2023, a Câmara Municipal de Ílhavo, enfim, alguma equipa ou algum vereador, não posso precisar se foi a vereadora Mariana Ramos ou se foi o João Diogo, também, não tem importância para o caso, a Câmara Municipal pronto, a 22 de fevereiro de 2023, portanto, fez uma visita à Empresa Municipal Porto Vivo para partilhar experiências e conhecimento acerca do parque habitacional, gestão de habitação social, implementação da estratégia local de habitação. Tudo bem, nada contra. Absolutamente nada contra. Acho que fazem muito bem em partilhar experiências e adquirir alguma experiência também de municípios que têm, digamos, uma experiência, digamos, mais avultada acerca destas matérias.

Bem, eu penso que, de qualquer forma, pergunto: não será tarde? A Estratégia Local de Habitação foi aprovada há um ano e a Câmara Municipal de Ílhavo ainda está a adquirir experiências, a contactar outros municípios para saber como se faz? Eu só pergunto, há um ano foi aprovado há um ano. Eu acho muito bem que se partilhem experiências, que se adquira novo conhecimento, mas penso que um ano depois revela aqui, talvez, alguma, não vou dizer falta de zelo, atenção, mas há aqui claramente um atraso e deixar para trás uma matéria que temos várias vezes referido como sendo uma matéria urgente. Há uma emergência nacional na questão da habitação. E, portanto, eu penso que há aqui algum atraso na implementação desta Estratégia Local de Habitação. E também escolheram o Município do Porto que é um município que não tem nada a ver com o Município de Ílhavo. O Município do Porto tem o problema dos Vistos Gold, ou tinha, ou tem ainda, tem problema de uma enorme atividade, de uma pressão enorme do alojamento local, portanto, o Município do Porto tem 12% de habitação pública do município - e nesse aspeto até nem é dos piores municípios em Portugal - sendo certo que é evidente que o nosso parque de habitação, de âmbito público, é baixíssimo. Portugal tem 2% de habitação pública. Os países mais desenvolvidos têm 20% ou mais de habitação pública. O Porto não está mal, mas quer dizer... Ílhavo não tem nada a ver com a realidade do Porto. Absolutamente nada a ver. Não temos tanta pressão do alojamento local, não temos o problema dos Vistos Gold... temos naturalmente umas questões locais, enfim, mais reveladoras. Temos outras questões que se colocam aqui. Mas a comparação com a realidade do Porto não é a melhor.

De qualquer forma, volto a dizer, é importante partilhar experiências, adquirir conhecimento novo, mas talvez com mais, enfim, com mais atenção, tornar isto, efetivamente, uma prioridade do Município, e não me parece que desta forma esteja a sê-lo.

Eu gostava, de qualquer forma, não me querendo repetir, nem me alongar muito, gostava de dizer que nós não podemos ficar apenas pelo '1.º Direito'. Devemos incentivar a construção por investidores privados, a custos controlados. Há exemplos mais próximos. Não é preciso ir ao Porto. Aveiro, é um exemplo disso, pelo menos um exemplo disso. Construção... aliás, um projeto de certa forma, até com alguma dimensão.

Portanto, temos que incentivar a construção por investidores privados a custos controlados. Temos que aumentar o número de fogos disponíveis porque só dessa forma é que poderá haver uma mitigação, um aliviar da pressão sobre os preços da habitação.

A Câmara tem que ser mais, digamos, tem que ter uma atitude mais friendly, mais amigável com os promotores, com os investidores. Claro que depois há questão nacional de deixar de ser necessária, não sei se será suficiente, mas poderá contribuir para deixar de ser necessário licenciamento prévio de certo tipo de construções, será interessante. E a questão das taxas

também de um aliviar das taxas, se bem que eu também estou convencido que não será o fator primordial.

De qualquer forma a Câmara, já aqui já o disse noutra ocasião, e repito, não pode ficar pelo '1.º Direito' porque há efetivamente uma carência de habitação a preços acessíveis para a classe média, para os jovens casais, etc. Ílhavo por acaso, e para terminar, Ílhavo não têm preços inflacionados, por exemplo, como tem Aveiro. Ainda há poucos anos, o preço da habitação em Ílhavo era um preço de área suburbana, comparando com Aveiro. Exceção feita às praias da Barra e da Costa Nova, por razões por demais conhecidas. Mas penso que como Aveiro, capital de distrito, tem preços altos, isso leva a uma procura de habitação em Ílhavo, Vagos, etc. E isso também, claro, cria pressão nos preços. Portanto, eu penso que realmente Ílhavo tem que pensar mais isto e tem que atuar mais. E a Câmara terá que o fazer. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (48':48")

«Sérgio, vamos só acabar aqui as intervenções, está bem? Muito bem, se é para a Defesa da Honra.»

Sérgio Louro, CHEGA: (49':12") - DEFESA DA HONRA

«Senhor Pedro Martins, lamentavelmente estamos em democracia, portanto, tem direito dizer o que lhe vai na mente, mas lamentavelmente, é a segunda vez que o senhor ofende a minha honra. A primeira vez foi a propósito das piscinas, em que disse que só podia vir de um partido antidemocrático. Lamento imenso que o senhor não aceite que estamos numa democracia representativa e eu estou a representar, aqui, uma fasquia da população que não se identifica com alguns valores da fasquia que o senhor representa. Mais... eu costumo vir aqui trazer problemas e costumo apontar soluções. Lamentavelmente, não tive tempo de apontar as soluções que vão em direção ao que o seu colega Luís Leitão disse. O Executivo tem que ser mais ambicioso, tem que pensar na população jovem e tem que pensar em fazer habitações para agora e para aquilo que vai ser necessário no futuro. Porque não 500 habitações no lugar de 146? Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (50':05")

«Muito obrigado, Sérgio. Pedro Martins tem 3 minutos para responder à Defesa da Honra.»

Pedro Martins, PS: (50':20")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Não preciso de muito tempo apenas para dizer e repetir que o que acabámos de ouvir aqui foi um discurso xenófobo. Xenófobo. E até tive o cuidado de deixar no ar a questão, se o que aqui ouvimos era a doutrina do CHEGA ou se também era a opinião do Sérgio Louro. Bem, sobre isso não houve resposta, mas também não terá que haver resposta. Claro que eu não procuro nunca, aqui, nesta Assembleia, ou seja onde for, fazer ataques pessoais. Procuro debater as ideias e evitar naturalmente o ataque pessoal. E não o fiz.

Acusei-o - passe a expressão - acusei-o de ter tido aqui um discurso xenófobo. E repito. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (51':07")

«Não, Sérgio. Se não entramos em diálogo. Não, não. Já defendeu a sua honra. O Pedro Martins já explicou o "ataque" à honra. Vamos continuar com os trabalhos, está bem? Não, não pode, Sérgio, está bem? Dou a palavra à Mariana Lopes, por favor.»

Mariana Lopes, UPF: (51':33")

«Boa noite a todos. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e Mesa. Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara e Vereação. Excelentíssimos membros da Assembleia. Excelentíssimo Público aqui presente e os que se encontram nas suas casas a assistir via streaming.

A habitação é um assunto que se encontra na ordem do dia. É um assunto que a nível nacional é muito se tem falado. Infelizmente, parece que só o CHEGA é que não tem poder de alcance para perceber esta realidade. Realmente a habitação é um bem essencial à vida das pessoas. É um direito fundamental e, sublinhe-se, constitucionalmente consagrado. É a base de uma sociedade estável e coesa e o alicerce a partir do qual os cidadãos constroem as condições que lhes permite, posteriormente, aceder a outros direitos, tais como a educação, a saúde e o emprego.

Os desafios que se colocam às políticas de habitação e reabilitação são de vária ordem: económicos, políticos, ambientais, sociais e funcionais, e apenas demonstram a necessidade de uma abordagem integrada e da necessidade do envolvimento de vários atores no plano habitacional.

Ora, era mesmo este o ponto que eu gostava aqui de focar melhor: o envolvimento dos vários atores. E o envolvimento dos vários atores aqui, gostávamos nós de sublinhar, é o envolvimento da população neste processo. Além daqueles atores óbvios que são aqueles que, infelizmente, e sublinho infelizmente, necessitam de uma habitação condigna, teremos que nos concentrar noutros atores que são aqueles que poderão disponibilizar frações, terrenos e imóveis para o Município conseguir implementar a Estratégia Local de Habitação do Município de Ílhavo. Mais concretamente, eu gostava aqui de trazer um ponto que é, além deste envolvimento de toda a gente, além do envolvimento dos vários atores, no plano habitacional, o 'Unir Para Fazer' acha que é importante desmistificar este processo e retirar, ao mesmo tempo, todo o peso que lhe tem sido colocado, com questões que muito se tem falado de arrendamento coercivo ou arrendamento forçado, ou a noção de obrigatoriedade e outros termos com uma conotação altamente negativa. É inquestionável que cabe aos municípios locais a resolução dos problemas relacionados com as estratégias locais de habitação. E é neste sentido que deixamos aqui um apelo para que seja feita uma campanha de esclarecimento, uma campanha de informação, uma campanha de envolvimento da população neste processo. Não tem que ser algo formal. Às vezes o passa a palavra é mais eficaz do que campanhas com muitas questões de marketing. A ideia é, com uma linguagem simples e acessível, de pessoas para pessoas, lançar uma semente que desperte o interesse e a curiosidade e que afaste medos e suspeitas infundadas, neste processo. Porque, realmente, quem tem os imóveis e quem tem as frações disponíveis precisa de saber que a Câmara está disponível para os adquirir e precisa de saber que isto será um processo pacífico, ou que deverá ser, e que estamos todos empenhados nessa questão.

O papel do nosso município na efetivação do direito à habitação é completamente imprescindível - disso não há dúvida - lá está, pela proximidade com os seus cidadãos, com o seu território, e devemos utilizar essa capacidade de mobilização para alcançarmos, ao nível das estratégias locais de habitação, respostas mais eficientes e concretas possíveis, orientadas para quem se encontra realmente em situações de grande vulnerabilidade. Obrigada.»

André Guimarães, PSD: (56':18")

«Vou pegar numa frase que o Pedro Martins falou... que os culpados são sempre os mesmos. E o culpado vou ser eu, hoje outra vez, vir aqui lembrar aquilo que é democracia. Isto, antes de avançar para o ponto, que eu ainda hoje não ouvi ninguém falar do ponto. Eu vou dirigir-me ao ponto, mas antes este ponto prévio.

A democracia é, assim, a vontade da maioria, mas é, também, composta, sobretudo, pela garantia, direitos e liberdades das pessoas e dos cidadãos, em igualdade e em liberdade. E este tem mais peso sobre qualquer outro, inclusivamente sobre a vontade da maioria. Porque se a vontade da maioria desta Assembleia for matar-me, eu tenho o direito de zelar pela minha vida e dizer que não me podem matar. Isto é o que difere a democracia de qualquer regime. Portanto, não é porque houve um conjunto de cidadãos que terá votado num determinado grupo ou partido que nós podemos vir aqui dizer o que queremos e que tudo aquilo que nós vimos aqui dizer é opinião e que deve ser discutido no âmbito das opiniões, coisa que eu também discordo, e que não foi para isso que se fez o 25 de Abril.

Dito isto. Eu gostava também de dizer que este projeto, ou pelo menos eu não o concebo assim, e custa-me acreditar que a Câmara também o conceba assim, porque acredito que não, isto é para os RSI. Não. Isto há de ser para pessoas. Isto é para pessoas. Não é para RSI.

Gostava de dizer que tive uma colega de turma, andávamos na escola primária, ela estava numa situação vulnerável, era beneficiária de habitação social com a mãe porque o pai tinha morrido. E ela hoje está a trabalhar na Inglaterra, na área da saúde, e era uma das melhores alunas da turma. E ganha mais do que eu. E eu perante isto, o que é que eu tenho que dizer? Eu tenho que a congratular e dizer ainda bem. Ainda bem que a minha sociedade permitiu teres esta oportunidade.

E do que é que estamos a falar? Eu não era para dizer nada, mas eu acho que nós temos que aproveitar estes momentos para, por um lado, não é só demarcar-me, porque isso é pouco, mas sim para educar e mostrar que nós não estamos nesta Assembleia, e mesmo as pessoas que estão fora desta Assembleia, que na sua vida, quando ouvem estes discursos

não podem ficar calados. Têm de assumir uma oportunidade para educar, para manter a dignidade da nossa sociedade e o futuro do nosso país.

E agora vamos falar sobre habitação. Nós já falamos muito sobre a Estratégia Local de Habitação. Esta estratégia já veio a discussão e, portanto, eu não vou estar a repetir aquilo que disse ou que poderia ter dito na discussão.

Acho que, de facto, que a estratégia é local, mas não é integrada. Portanto, fala muito sobre diagnósticos. Há uma clara alusão à habitação indigna - vamos colocar as aspas que eu lembro que a senhora Vereadora falou, na altura, nós colocamos o indigna entre aspas porque a habitação ou é ou não é – que se anexa, aqui, à questão da exclusão social, porque também a habitação é um fator para a igualdade de oportunidades.

Falta aqui o arrendamento, falta aqui a questão à resposta a uma subida de juros no crédito e por aí fora. Portanto, esta estratégia, digamos, poderia ser mais integrada do que é.

Mas a estratégia está aprovada, a estratégia tem que ser colocada em andamento. Pode ser revista. Espero que um dia haja lugar a ser revista, mas nós agora temos que continuar com as operações que levam a que possa ser implementada e que realmente possa ser dada uma resposta às pessoas, sim, e às famílias, sim, para que possam crescer neste município e tenham as condições que precisam para viver com qualidade.

É um desses passos que nos traz aqui, a esta Assembleia, é uma destas operações que é preciso discutir. Hoje estamos aqui perante uma proposta para uma OPA - foi aquilo que eu consegui ler nos documentos que me foram entregues - que está integrada numa candidatura e num protocolo que terá sido celebrado com o IHRU.

Aquilo que eu pergunto é. Eu vejo que há ambição no papel porque temos um grosso de 11 milhões num projeto. E ainda bem. Eu tenho dúvidas, porque não estão lá no documento, e é isso que eu venho aqui perguntar, é quais é que são as metas com esta OPA? Ou seja, se nós estamos perante uma candidatura a fundos comunitários ou programas de financiamento, julgo que isto será PRR, teremos certamente que ter metas de resultado ou de execução e, portanto, nós teremos números sobre compromissos que foram feitos.

Ou seja, o que eu quero saber aqui é, depois desta operação estar implementada, e, claramente, eu não tenho nenhuma objeção a que possa ser aberta, quantos terrenos, quantas casas e quantos imóveis é que nós pretendemos ter? Porque é isso que depois nos vai dar nos relatórios e que nos vai permitir, de uma forma informada, numa parceria que funciona, ter metas para avaliar as performances das organizações e das instituições democráticas locais. E para já é tudo.»

António Flor Agostinho, PSD: (1:02:15”)

«Boa noite a todos. Boa noite a todos aqueles que estão a ver lá em casa.

Este é mais um projeto que nós, PSD, aprovamos, com todo à vontade.

Eu só venho aqui para fazer uma pequena intervenção para me recordar que, enquanto membro do Executivo camarário desta autarquia, no mandato de 86 a 90, aprovei o primeiro empréstimo que alguma vez foi contraído por esta Câmara para suportar os custos com a construção do Bairro Social da Escola Secundária de Ílhavo, e, posteriormente, aprovámos também um empréstimo para a construção do Bairro Social do Bebedouro, conforme consta das atas do Executivo de então, em que estará mencionado lá o meu nome por ter aprovado estes projetos e estes financiamentos.

E foi com muito gosto que ainda há poucos anos, recordo-me de ter visto que a Câmara, este Executivo – não foi este Executivo, foi um Executivo desta Câmara - tinha terminado de pagar este mesmo empréstimo. Nessa altura, também fui responsável pela implementação da utilização daquelas casas. Lembro-me perfeitamente que não foi fácil, porque as pessoas que habitavam aquelas casas sociais não estavam habituadas a viver em casas normais. E recordo-me também que foi possível alojar casais que tinham muitas dificuldades, casais que tinham muitos filhos, casais que tinham sido retirados de outros sítios para serem lá construídos edifícios municipais, casais que tinham poucos salários, casais que destruíram as casas. Recordo-me das histórias que se contavam com utilização das próprias casas. Recordo-me dos alunos da Escola Secundária assistirem ao espetáculo que eram os estendais da roupa naquelas casas. Alguns de vocês devem-se ter lembrado, enquanto alunos - está aqui um – como é que era quando saímos das aulas e olhávamos para aquilo. Tudo aquilo permitiu a que muitos daqueles jovens que lá viveram, como disse aqui, muito bem, o André, hoje sejam licenciados e exerçam profissões de gabarito. Alguns exercem porque eu conheço perfeitamente.

Outros não tiveram essa felicidade. Estou-me a lembrar de senhor Alpoim e da sua esposa. Quem não se lembra do senhor Alpoim e seus carneiros, aqui na zona.

Isto para nós, já aqui foi dito pelo Luís Leitão, que havia de haver outras situações. A Câmara de Ílhavo também já implementou os custos controlados. É só ver o que existe ali por volta do Pingo Doce, aquelas habitações são todas de custos controlados. Foram cedidos terrenos para que o construtor construísse a custos controlados. Entretanto, parou e não terminaram as obras.

Hoje em dia, esta questão da habitação social é politicamente utilizada e todos sabemos disto. Quer dizer, temos que ser sinceros. Isto hoje é utilizado como política de arremesso de uns para com os outros. No fundo, o que nós deveríamos ter aqui era a preocupação em construir habitação social e, depois, como já aqui foi dito, e já na altura o fazíamos nós, porque a partir do momento em que os casais que habitavam aquelas casas obtinham rendimentos suficientes, eles eram retirados e as casas eram cedidas a outras pessoas com outras necessidades de financiamento. Ou seja, havia ali uma forma precária das pessoas utilizarem as casas. Aquilo era um trampolim para subir no elevador social. E este para mim é que deve ser o básico da habitação social. É criar condições para que mais tarde as pessoas possam ter as suas próprias casas, possam ter a sua própria habitação. E é o que falta, um pouco, nesta estratégia. É isto que falta. Quer dizer, nós estamos aqui só para construir social, mas não estamos para construir o outro social, que é o intermédio, como dizia aqui o Luís Leitão, e dava alguns exemplos. Esse sim, é que era o objetivo fundamental.

Eu recordo que ainda há pouco tempo um independente autarca, que foi aqui já referido, do Porto, que dizia que infelizmente temos que repensar a habitação social, porque hoje na habitação social temos pessoas que têm maiores rendimentos do que os próprios autarcas. Isto tem que ser, de alguma maneira, controlado. Isto não é xenofobia. Isto não é estar a criticar. Tem que haver aqui algum controlo como nós fizemos no tempo do Galante. Nós controlávamos os casais. E esta Câmara também controla, tanto quanto eu sei. Porque nos bairros sociais se as pessoas atingem um certo limiar de rendimentos aumentam-lhes a renda ou então tem que sair.

O Senhor Presidente está a dizer que sim, então mantém-se exatamente. E tem que ser assim, porque nós temos que auditar. Porque senão isto... infelizmente, nós sabemos o que é que se passa em Lisboa. Hoje estão numa casa em Lisboa, depois vão para Amadora, vão não sei para onde e andam sempre a circular de cá para lá, de Concelho em Concelho, em casa sociais e usufruir de grandes rendimentos, como nós sabemos. E não vale a pena falar aqui em futebol e drogas e não sei quê para chegarmos a essas realidades.

Portanto, nós vamos votar a favor, sempre fomos a favor desta decisão. Estamos cá para a habitação social, mas haja habitação social controlada. E também, como eu tinha aqui, com algum escrutínio para que não cairmos em desvarios e em totais irregularidades.

Relembrar também que isto, para a Câmara, vai ter um custo. Como vocês já falaram, no contrato, temos aqui um empréstimo de 6 milhões de euros, que vai ter que ser pago - por acaso não se refere em quantos anos - nós sabemos que o acordo dura 6 anos, mas não sabemos qual é o prazo de pagamento destes juros. Senhor Presidente, pode-nos esclarecer se tivermos de contrair este empréstimo, se são também os 30 anos, se são só 6 anos. Aí eu duvido muito que tenhamos capacidade. Mas espero que seja dilatado no tempo. Tenho dito.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (1:08:57")

«Boa noite. Obrigado, senhor Presidente. Muito obrigado pela participação de todos.

Antes de passar aqui ao senhor Vereador, uma vez que ele abriu o ponto e tem aqui um trabalho muito grande, sobre esta matéria, com a Vereadora. Paralelamente com eles, vamos trabalhando nestas matérias, mas cada um domina melhor uma parte do que outra.

Senhor Sérgio, aquilo que referiu acho que convém que comece a aprender um bocadinho mais do que é a ação social, do que a área social e do que é a intervenção que a Câmara faz, antes de falar. É só aquilo que eu lhe peço. Porque não sei se está a ferir suscetibilidades de muitas pessoas ou poucas pessoas, de técnicos ou não técnicos. Deve ter esse cuidado. Não vou chegar aos limites que já chegaram. Acho que todos vocês deram respostas uns aos outros e vamos ter que adiantar neste ponto. Mas diria que também era importante o senhor Sérgio Louro, quando fala, começa a trazer exemplos e referenciar. Também já os seus colegas de bancada também lhe disseram isso. Portanto, faça mesmo isso. Não vale a pena mandar tiros para o ar, porque isso... olhe, vão para a água.

Senhor Luís Leitão. Eu acho que referiu algumas coisas interessantes, e sobre isso o vereador João Semedo irá responder-lhe, mas parece-me mesmo que o senhor está a confundir aqui uma coisa. A Câmara Municipal não vai ser nenhum agente imobiliário. Como o senhor refere aqui. E fala sobre Ílhavo onde nada se faz, quando é que se faz um projeto para os mais

jovens, política de redução de IMI, venda de lotes para jovens, venda de casas, vendas disto, venda daquilo. Nós não vamos ser nenhuma imobiliária aqui, mas também vamos esclarecê-lo sobre o que é isto da estratégia também.

Depois, o senhor Pedro Martins, relativamente às situações, também respondeu ao senhor Sérgio Louro. Também lhe vou dizer que nós temos aqui, para essas pessoas que vêm de outros destinos e que chegam a Portugal, temos aqui o CLAIM [*rede de Centro Locais de Apoio à Integração dos Migrantes*] poderá saber o que é que estou a dizer neste momento. Portanto, uma vez por semana também para fazer apoio a essas famílias, integrado na nossa equipa no Atendimento Social Integrado, onde todas as nossas IPSS, técnicos qualificados de assistência social, psicólogos. E pode procurar lá.

Não precisa virar a cara para o lado de lá, senhor Sérgio Louro. Pode olhar para mim na mesma que eu estou a olhar para si. Satisfação que o senhor me deu no que falou não foi muito boa. Eu acho que tem que enfrentar as coisas, como sabe que as enfrenta, não é de outra forma.

E, portanto, também dizer ao senhor Pedro Martins que nós realmente comparámos Ílhavo com outros municípios. Nós só temos mesmo 39 fogos, não temos mais na Câmara. Dentro daquilo que o senhor Flor Agostinho referiu, é o que estamos a controlar neste momento e estamos a tentar perceber o comportamento das pessoas para saber se ficam, senão ficam, se vão permanecer, se não vão permanecer e, portanto, também essa equipa, com algum recato, vai fazendo esse trabalho e passando essas informações, para depois o Executivo tomar os seus procedimentos. E normalmente, também nas reuniões de Câmara podem conhecer também tudo aquilo que é aprovado por nós, por este Executivo que está aqui, relativamente a essas famílias, porque vai tudo a reunião de Câmara para se aprovar, portanto, escusamos de estar aqui a falar de cor. Conhecemos bem esses documentos nas nossas reuniões de Câmara.

Ao André, só dizer-lhe que estes projetos não são de pessoas, são de famílias. Portanto, é nesse sentido que estamos aqui a referir-nos, mas esteve muito bem na sua exposição, ali. E também penso que quando vê aqui estas operações públicas de aquisição, a estratégia dá resposta a isso. Mas se o senhor Vereador quiser falar mais um bocadinho, é mais objetivo do que eu. E não terei muito mais a dizer. Vou passar aqui ao seu Vereador.»

Vereador do Executivo, João Semedo: (1: 12':53")

«Boa noite, novamente. Acho que seria importante também não voltarmos a referir muito aquilo que discutimos no ano passado sobre a Estratégia, porque, se não, sempre trouxermos algum ponto relativa a esta matéria, e este que é tão concreto, estamos sempre a discutir a Estratégia. Vou tentar ser um pouco objetivo, aqui em algumas questões.

De facto, o que nós trouxemos aqui - e está na proposta e quando fiz a apresentação do ponto - falei nas diversas soluções que constam na Estratégia. Contudo, nem todas preveem, nem todas necessitam que tenhamos que ir ao mercado adquirir imóveis, pelo que só foram referenciados os valores das soluções que exigem que a Câmara faça com a uma eventual compra. A par deste trabalho, é importante que se refira, nós temos que trabalhar as outras soluções, portanto, temos inclusivamente os beneficiários diretos que têm as suas próprias habitações e que carecem de intervenção; os agregados que são proprietários dessas frações também se enquadram naquilo que são os apoios. Portanto, já se fez esse trabalho, está-se a fazer esse trabalho, porque é um trabalho complexo, na identificação dos agregados, em reunir toda a documentação do agregado é mais fácil, uma vez que são agregados sem identificados, mas nas suas próprias propriedades, desde a legitimidade da propriedade, portanto, a questão é concreta da propriedade, e legalidade do edificado.

A par também com o que trazemos aqui hoje, já temos identificados uma série de pontos no nosso Município onde temos interesse em construir. Contudo, como disse a Mariana, até porque houve uma série de medidas anunciadas que assustaram a comunidade, e não foi só a nossa, foi a nível nacional... não é com eventuais medidas que pudessem ser tomadas, quase de expropriação. E refira-se que alguns municípios também optaram por essa via. Entendemos que podemos trazer uma solução destas, portanto, apresentámo-nos aos municípios como disponíveis para adquirir imóveis.

E não temos dúvidas da dinâmica do nosso município, porque diariamente temos muitos processos de obras e temos dificuldades em conseguir dar vazão a todos os processos.

Até gostaria de dar uma nota ao Pedro Martins que, de facto, o que disse não está correcto. Os valores em Ílhavo já estão muito elevados. E qualquer um de nós os pode confirmar e, em alguns casos, duplicaram mesmo os valores. E não estão muito afastados dos valores de Aveiro, dependendo da zona. E não estou a falar das praias, como referiu. Essas então são absurdas, mas sempre foram. Portanto, acho que não são comparáveis.

Já temos uma série de pontos do Município, terrenos em que vamos fazer também propostas para aquisição, mas entendíamos que devíamos dar e transmitir esta calma ao mercado, até numa ótica também de não pôr ou não criar mais valores absurdos no mercado e podermos estar aqui a fazer propostas que pudessem ainda pôr os preços para outros valores. Não era essa a nossa intenção.

Com estas medidas também gostaria de partilhar convosco que estamos a estudar aquilo que nos referiram que podemos ter: taxas menores, podemos, em alguns casos, ter isenções eventualmente. Temos o ARU [*Área de Reabilitação Urbana*] que na altura em que foi criada se cingia só aos centros dos municípios. Neste momento estamos a desenvolver também a possibilidade de expandir a ARU existente no Município de Ílhavo e criar também ARUs noutras partes do Município que se enquadrem naquilo que é o objetivo de um ARU.

Quanto às habitações a custos controlados estamos também a trabalhar nessa matéria. Contudo, disseram também muito bem que o município pode ceder os terrenos, pode criar aqui algumas isenções de taxas, mas temos o problema, como já falámos aqui, do património. Temos dificuldades em identificar o património e ter património disponível.

Portanto, vamos ser francos, se tivermos património disponível vamos investi-lo já nas habitações que a Câmara tem para construir, que essas sim, são prioritárias.

Depois, há também a questão dos regulamentos. Contamos, em breve, trazer a revisão dos regulamentos, mas é preciso que os regulamentos prevejam mesmo este tipo de medidas ou de isenções nas taxas.

Para uma primeira intervenção penso já ter conseguido responder de uma forma abrangente, e estou disponível para segundas intervenções. Muito obrigado, senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (1:18:21")

«Muito obrigado. Abro agora uma segunda ronda de inscrições. O CHEGA já não tem tempo. Partido Socialista? Sim? Luís Leitão e Pedro Martins. Do 'Unir', José Pinto Reis. Do PSD? O André e o Flor Agostinho. Muito bem, vamos começar então pelos Luís Leitão, por favor.»

Luís Leitão, PS: (1:19:19")

«Boa noite, mais uma vez. Senhor Presidente. Eu julgo que não entendeu propriamente a minha intervenção. Pensava que ia fazer uma intervenção consensual, pouco habitual em relação às minhas últimas intervenções. Mas, de qualquer forma, quero-lhe dizer que não considere a Câmara Municipal de Ílhavo, nem sequer abordei esse assunto, nem sequer pensei em considerar a Câmara Municipal um agente imobiliário.

Eu diria que sobre este assunto, eu acho que o senhor se preparou mal e eu vou passar a falar para o seu Vereador que fala a minha linguagem, em relação àquilo que eu tentei dizer. Portanto, sobre isto estivemos completamente em sintonia em relação àquilo que foram as explicações do seu Vereador. Estão perfeitamente enquadradas naquilo que foi a minha intervenção e nas soluções que fui apontando.

Aproveito também para dizer que fico satisfeito com a mensagem que vai passando, que é sinal que as ideias que lançámos, para além desta parte mais assistencialista, que há também a procura de fazer um projeto mais profundo. Não o conhecemos, mas ficam aqui também as nossas preocupações e os nossos anseios.

Aproveito para dizer que não fiz muita questão de estar aqui a dar destaque a isto, na primeira intervenção, sobre o modelo de oferta ativa ou oferta pública de aquisição, chamemos-lhe assim, porque aí sim, eu não queria estar a chamar ao município agente imobiliário em sentido inverso: 'venham a mim os vendedores de terrenos'. Isso sim. Eu quis dar uma onda positiva a esta proposta e o senhor Presidente conseguiu meter uma nódoa onde eu nunca a pretendi colocar.

De qualquer forma, sim, é uma boa solução. É uma solução interessante de dizer também àqueles que nunca pensaram o que poderiam fazer às suas coisas, e aplicar também ao serviço da comunidade e vender à Câmara, em vez de, timidamente, colocarem uma placa a dizer "Vende-se" ou uma agência imobiliária, que expõe muitas vezes a fragilidade até das famílias.

O comprador Câmara Municipal deve ter um princípio ético, comprar a preços razoavelmente de mercado, isentos de especulação e dar corpo, muitas vezes, até às necessidades dessas pessoas.

Eu diria mesmo que, por trás da minha casa, seja lá onde é que eu moro, há sempre um conjunto de quintais que, enquadrados neste PDM, eu, juntamente com o meu vizinho e de

mais um conjunto de vizinhos, poderemos criar uma mancha de construção necessária para suprir as necessidades de construção do Concelho ou da Freguesia.

E por último, percebo também que, na forma como apresentaram a proposta, foi sempre para mim difícil entender porque é que tinham aqueles valores definidos. Há uma coisa que eu percebo. Eu acho que verdadeiramente vocês só acreditam que vão ser capazes de fazer um projeto habitacional que ronda os 7,5 milhões de euros, e tudo o resto será a sorte e a oportunidade do mercado que nos vai dar a capacidade de comprar terrenos ou casas devolutas. Obrigado.»

Pedro Martins, PS: (1:22:47")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Uma ou duas questões.

Eu colocava a questão ao senhor Presidente da Câmara ou ao senhor vereador João Diogo. A questão da revisão ou não da estratégia local de habitação.

Aquilo que julgávamos era que efetivamente ia haver uma forma de acolher, de algum modo pensar e implementar medidas de apoio à habitação para as classes médias, para os casais mais jovens, etc., aquilo que tem sido falado, portanto, não nos ficarmos pela ação social, porque, no fundo, o que temos aqui é a ação social ao nível da habitação.

Neste '1.º Direito' a questão foi que houve a promessa de que se iria rever a Estratégia Local de Habitação para acolher outras medidas para, digamos, criar um abrigo, digamos assim, para outros necessitados: a classe média, jovens casais, etc. Portanto, parece que há uma divergência que gostávamos que fosse esclarecida sobre se efetivamente vamos ter revisão ou não.

E já agora, aproveito para pegar naquilo que foi dito pelo senhor Presidente acerca da habitação atual que temos no Concelho.

Efetivamente, ao longo de décadas, Ílhavo investiu pouco em habitação. 39 fogos foi aquilo que o senhor Presidente referiu. Efetivamente, a abordagem nunca foi apoiar a habitação social neste município. O PSD tinha outra forma de pensar a habitação social, ou melhor, o apoio à habitação, porque habitação social não havia. Sabemos que a opção era pelo apoio direto, digamos assim, por via das IPSS, o apoio direto às famílias que necessitavam de apoio nas rendas, etc. Mas efetivamente nunca foi uma bandeira. Eu recordo-me que no anterior mandato, o senhor presidente Caçoilo referir, isso está em ata, se não estiver, devia estar porque ele disse-o, e as datas não eram como são hoje, completas, o senhor presidente Caçoilo dizia que quem quer casa faça-a. E isso é uma forma, um bocadinho tradicionalista de ver a questão que está completamente ultrapassada. Muito obrigado.»

José Pinto Reis, UPF: (1:24:56")

«Muito obrigado. Boa noite a todos. Muito rápido, só para repudiar todo e qualquer discurso que fomente o ódio e a segregação e a separação entre todos os habitantes do nosso município, sejam eles mais ou menos encapotados. E é saudar a permissividade da Mesa e a disponibilidade do Executivo em estarmos, hoje, a discutir, aqui, aquilo que não é, não faz parte do ponto da Ordem de Trabalhos, que é Estratégia Local de Habitação.

Estamos perante uma proposta muito concreta de aprovar uma oferta pública de aquisição, e não a Estratégia Local de Habitação.

É importante lembrar e solicitar ao Executivo que a Câmara deva ser mais um motivo de confiança na negociação com todos aqueles que são os proprietários. Que deve utilizar de toda a frontalidade, toda a transparência, e que estas operações devam ser o mais benéficas possível para ambas as partes. É isso que nos trouxe cá hoje e é isso que gostaríamos de ter visto discutido.»

André Guimarães, PSD: (1:26:42")

«Bom, eu venho realmente fazer uma questão. Venho fazer uma questão concreta sobre o assunto do ponto e não sobre a Estratégia. Venho, realmente, reforçar a questão que coloquei aqui, que é: qual é que é o objetivo da OPA?

E, agora, vão-me dizer que está na Estratégia. Já fui ver e a estratégia não é clara relativamente à OPA. A estratégia tem metas definidas sobre o número de imóveis que vão ser reabilitados, número de imóveis existentes que vão ser destinados à habitação, número de pessoas, de famílias – e sim, confirmo, famílias - que vão ser abrangidas. Está lá tudo.

Mas, se calhar, está no documento. Então, fui ver e diz que há um protocolo assinado pelo IHRU e pela Câmara, que é público e que não está nos nossos documentos, mas eu sei onde está e já fui buscá-lo. E esse protocolo está aqui com um anexo que diz algumas metas. Só que isto não se lê. Eu depois posso mostrar. Isto não dá para perceber se é um 30, se é um 50... eu estou com os meus óculos e devia conseguir. Portanto, ou tenho que ir ao

oftalmologista ou têm que me explicar. Portanto, é isso que eu peço e é isso que eu quero saber. Qual é que é a meta desta Câmara Municipal para esta OPA? Número de imóveis, número de terrenos, número de casas devolutas que vão ser concretizados com isto. Até porque, se calhar, não sei, mas pode ser um ponto de vista do planeamento estratégico. Pode fazer sentido haver uma OPA inicial que preencha uma parte este objetivo e depois, passados dois ou três anos, voltamos com outro projeto de aquisição. É isso que eu quero saber. É uma dúvida sobre este ponto, não sobre uma discussão que já teve o seu lugar noutra Assembleia. É sobre este ponto e que eu gostava de ver esclarecido, a bem do debate democrático e plural desta Assembleia.»

António Flor Agostinho, PSD: (1:28':56")

«Bem, o André pôs a questão, e muito bem. O André quer valores reais, valores absolutos. Eu talvez pedisse expectativas. O que é que o senhor Vereador prevê alcançar com esta OPA? Quais são as categorias, os tipos e o que é que vai ser disponibilizado? Se já houve uma pré auscultação de mercado? Se já fizeram alguma abordagem com alguma imobiliária? Se têm conhecimento da boa ou má receptividade dos ilhavenses, para com esta dita OPA, como ele diz, e bem?

Eu punha estes dados que é para nós termos algum valor para detetarmos a ambição com que a Câmara se envolve em todo este processo.

Depois gostava, se o senhor Vereador assim o desejar, ou tiver essa intenção, de nos responder à tal pergunta, está aqui contemplado a tal participação financeira não reembolsável a título de empréstimo, qual será o prazo deste empréstimo, se é possível nós sabermos qual é o prazo perceptível destes tais e 5.645.069 euros que estão previstos no tal acordo com o IHRU.

Isto para termos uma ideia de qual é a perspetiva de desenvolvimento de todo este processo e sabermos se nos seis anos que estão pela nossa frente, vamos ou não vamos ter habitação, vamos ou não vamos ter casas e se vamos ou não vamos ter, por parte do Executivo, capacidade para fazer este investimento. Isso é que nos interessa saber.»

Margarida Alves, PSD: (1:30':46")

«Muito obrigada, senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento os secretários da Mesa. Senhor Presidente da Câmara e, na sua pessoa, cumprimento todos os vereadores de todos os partidos.

A minha intervenção vem no sentido de que sou mais ambiciosa. Os 11 milhões, para mim, é muito pouco. É muito pouco para aquilo que ainda tem que se fazer, porque o Estado não cumpriu e agora os Municípios têm que albergar esta situação. É isto que nós recebemos, é esta fatura que nós recebemos num processo de descentralização que o Partido Social Democrata sempre combateu e que devia ser tratado, quantificado, qualificado, estruturado, planeado e com estratégia. O que é certo é que não existe e os municípios têm que arranjar uma estratégia. Não me vou opor, naturalmente, à estratégia. Não me vou opor, naturalmente, aos valores que foram aqui apresentados. Até porque vou votar favoravelmente este documento. Mas naturalmente que eu não podia, depois de ouvir as intervenções das pessoas que falaram antes de mim, deixar de dizer que o direito a uma habitação é um direito com dignidade. E o Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais vem clarificar que não se deve interpretar restritamente este direito. Não se trata simplesmente de proporcionar uma morada, um teto que sirva de abrigo. O alojamento suficiente engloba a disponibilidade de serviços, habitabilidade, acessibilidade física, adequação em termos culturais, a localização, a segurança legal da ocupação e a acessibilidade económica. Felizmente, nós vivemos num concelho onde isto é possível existir. É um trabalho que tem sido construído - e aqui vou concordar com o senhor Vereador - infelizmente existem muitos municípios que não têm noção do valor de mercado que existe no nosso Concelho, que está, não é inflacionado, é super inflacionado. Não sei se têm noção. A título de exemplo, um T3 na praia da Barra é mais caro que comprar um T3 em Vilamoura, no Algarve. Portanto, isto é uma realidade. Basta ir ver o que se passa.

Há uma dificuldade clara da própria Câmara Municipal em ter acesso aos terrenos para que se possa construir, porque a grande dificuldade vai ser ter acesso a um valor que seja justo e que não ponha em causa a sustentabilidade da Câmara Municipal. Porque a Câmara Municipal, os municípios, naturalmente, estão sempre, e trabalharam para isso desde que o poder autárquico está em pleno, em levar às pessoas a água potável, ventilação, iluminação, a energia, os meios de conservação, os sistemas de recolha e tratamento dos lixos. É isto que é a habitação condigna.

O direito à habitação, peço desculpa, mas, sendo eu social democrata, não é só para os jovens, é para a classe média, para os idosos, para as pessoas que têm limitações físicas e para as pessoas que são cuidadores informais, que tratam de idosos, ou pessoas com limitações que não têm capacidade de fazer obras na sua habitação... e o Município está disponível para ajudar para que haja dignidade nessa habitação. Portanto, isto não é só comprar e construir. Isto é também dar condições, porque também existe neste documento essa verba.

Gostaria de ver mais ambição, naturalmente. Vou votar favoravelmente este documento.

Espero vir as vezes que forem necessárias para rever este documento, desde que seja para melhorar as condições de vida dos habitantes e das pessoas, sejam idosos, crianças com limitações, classe média que está cada vez mais pobre, etc., etc., etc. Obrigada a todos.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (1:35:20")

«Muito obrigado, senhor Presidente.

Eu daria só duas notas ou 3 antes de passar ao Vereador, novamente.

É realmente este direito à habitação que nós temos que ver para a nossa sociedade, neste caso para o nosso Município, como disse, muito bem, a Margarida. Outra das coisas é que também estamos tabelados pelo Governo para valores de referência no valor aquisitivo das casas, e, portanto, temos que estar sob esses parâmetros. Portanto, como referiu e bem, a indicação dos valores que refere, eu não sei se posso comprar alguma coisa com ele. Outra das coisas que também eu fiz - porque ficámos aqui com uma missão tripartida, porque é assim que temos vindo a trabalhar - era consultar aqueles que são as imobiliárias e os bancos e ver o que é que havia. Depois dos quatro bancos que consultei, ninguém tem imóveis. Ninguém tem nada. Havia duas lojas unicamente. Uma que foi a libertação da loja da Caixa Geral de Depósitos na Gafanha da Nazaré, que passou para aqui, não sei se os bancos vão ficar chateados comigo ou não, e outra que também era um imóvel que eles tinham também ligado a uma renda, mas também era um espaço comercial

E temos vindo também a assistir que muitos desses imóveis, que estão neste momento devolutos, ou que têm problemas até de estabilidade, e que, se calhar, já hoje não teriam capacidade para alojar ninguém, temos visto muita gente a dar-lhes uma pintura e a ocupar com essas pessoas que vêm de países como a América do Sul, que disseram aqui, e disseram bem, que não conhecem bem o que é a nossa habitação, que vivem em habitações que não têm os coeficientes térmicos que nós exigimos, não têm qualidade que a nossa habitação não tem... e que são encaixados aí e os proprietários recebem rendas fabulosas e que possivelmente o Estado português nem sequer vai controlar isso.

Isto é uma situação que, mais uma vez, se o senhor Sérgio quiser, também podemos, com a nossa ação social, demonstrar-lhe situações destas que conhecemos.

Aliás, há um Presidente de Junta, que está aqui, que é o Carlos António, e que sabe disso e que também já falámos. Na praia da Barra há garagens que são transformadas em habitação. E há outros problemas que também temos que resolver.

Hoje, realmente, estamos a falar sobre um ponto que é esta oferta pública para aquisição de imóveis e eu acho que, com o Vereador, vamos fechar isto, mas dir-vos-ia que há ambição da nossa parte.

Relativamente àquilo que o senhor Flor Agostinho diz e aos valores do empréstimo, eu gostava de não pedir empréstimo. Gostava que ainda fosse a tempo de haver dinheiro suficiente para nos financiarem isto a 100%. E essa a nossa perspetiva. Se o tivermos que fazer, pois, como sabe, e pode ver no relatório de contas a seguir, a Câmara está hoje quase liberta para poder pedir 11 milhões de euros. Portanto, nesta situação poderemos pensar e negociar isso. Não sei agora objetivamente, já não me lembro do que li nessa altura, se temos alguma regra e algum tempo para esse financiamento e os benefícios que temos, e também se há alguma majoração nesses benefícios. Mas estamos atentos a isso, se tivermos que o fazer, vamos fazê-lo.

Neste momento, o que nós precisamos é desta deliberação e também desta votação da vossa parte, que já vi que vai ser por unanimidade. Pelo menos parece-me. O CHEGA está aqui um bocadinho renitente, mas penso que o Sérgio ainda vai ter tempo para pensar mais uns minutos. Mas que nos parece que era óbvio trazer aqui isto, e olharmos para isto desta forma, crescermos em conjunto para que o Município e a nossa comunidade beneficiem desta oportunidade que o Governo da nação pôs cá e nós estamos a aproveitar.

Diria também ao Pedro Martins que o Tempo, para nós, é sempre muito curto, todos os dias. Para si é longo porque faz aqui cinco Assembleias e tem este tempo para pensar e julgar

sempre os documentos. Mas, para nós, tem sido muito curto, e, para si, se calhar, na sua vida também tem sido muito curto. Espero que tenha uma vida longa, que é isso que eu também desejo, para podermos concretizar muitos objetivos. Passo ao senhor Vereador.

Vereador do Executivo, João Semedo: (1:39:35")

«Em complemento ao senhor Presidente. O Luís Leitão referiu, e bem, e percebeu, de facto, e explicou da melhor forma o que nós queríamos, ou entendeu, perfeitamente, o que nós queremos com este modelo de oferta pública de aquisição.

Volto a reforçar, estão aqui referenciados apenas os valores das rubricas que exigem, ou que está prevista, uma aquisição. Temos uma rubrica que também tem um valor considerável, que é a construção em terrenos municipais, que está fora daqui, mas que também a vamos executar. Provavelmente aí não vamos ter financiamento para aquisição, porque nessa rubrica vamos ter que assumir a aquisição dos terrenos.

Portanto, nós queremos mesmo executar a Estratégia. Não queremos ir só aos 7 milhões, queremos executá-la na totalidade. Isso que fique bem claro.

Quanto aos projetos fica satisfeito, mas que não conhece. Mais uma vez é uma situação que nós temos que ter muito cuidado, face a tudo o que disse anteriormente. Quer dizer, há uma especulação gigantesca, já se sente nos últimos meses, muitos imóveis, daquilo que temos visto no mercado e no contato com as imobiliárias, que já estão muito mais tempo no mercado que estavam até se calhar há um ano. Portanto, o mercado está a contrair. Contudo, essa contração ainda não se está a refletir nos preços. Ainda está longe de refletir nos preços, até porque se está a construir muito.

Relativamente às outras questões e aquilo que falaram de quais é que eram as metas. As metas foram traçadas para cada uma das soluções, em função dos valores que o IHRU estabelece para cada uma dessas rubricas. Portanto, o IHRU estabelece valores de referência para aquisição de terrenos, x valor por metro quadrado para a reabilitação, e, em função desses valores, desenhamos a estratégia e a partir daí está associado sempre a cada fogo um agregado familiar. Portanto, é desta forma que a estratégia está definida.

Eu queria complementar aquilo que o senhor Presidente disse quanto à necessidade de um empréstimo. Nós, no âmbito do PRR, daí a necessidade, de facto, de executarmos esta estratégia o mais rápido possível, porque há um valor previsto no PRR e que vai ser esgotado à medida que as candidaturas entram no IHRU. Portanto, temos mesmo que dar corda aos sapatos, como se diz, para conseguirmos ter esse financiamento. Portanto, se conseguirmos executar quanto antes poderemos ter 100% de financiamento. Caso não tenhamos, se não estou em erro, a possibilidade de financiamento passa pelo Banco Europeu de Investimento, pelo BEI, portanto, com taxas muito mais atrativas, muito mais baixas.

Voltando aqui, a estas decisões de diversificar as respostas pelas várias soluções, havia que aproveitar a estratégia para fomentar a regeneração urbana nos centros das nossas freguesias e não é só em Ílhavo, sede de município. Na Gafanha Nazaré temos também muitas casas que estão devolutas, umas mais degradadas que outras, e muitas por via de heranças e que as pessoas têm uma relação afetiva ao imóvel e que não se querem desfazer dele.

Portanto, há, aqui, uma necessidade da Câmara em adquirir, mas também a necessidade de transmitir um conforto às pessoas que têm, hoje, no caso de aprovarmos esta proposta, uma oportunidade de poderem vender as suas propriedades e sentirem o conforto da Câmara nessa aquisição, sendo que nessa aquisição também estão claramente definidos quais são os valores até onde a Câmara pode ir. Portanto, as pessoas não são enganadas. Quando lerem o anúncio, já sabem o valor até onde a Câmara compra, e já afasta alguma crispação na negociação, porque as pessoas, quando chegam à Câmara, já sabem qual é a predisposição da Câmara nessa aquisição. Senhor Presidente, penso que é tudo obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (1:43:45")

«Muito obrigado. Estão concluídas todas as intervenções. Coloco à votação ao Ponto 4 da Ordem do Dia, "Oferta pública de aquisição de imóveis para implementação de projetos no âmbito do investimento REC02 e 01 - Programa de apoio ao acesso à habitação. Aviso publicitação número 01/C02-i01/2021 - Componente 02 – Habitação". Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Portanto, a proposta foi aprovada por maioria, com 23 votos a favor e 1 abstenção.»

Ponto 5 e Ponto 6.

(5) "Apreciação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2022".

(6) "Aplicação dos resultados de 2022".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (1:44:33")

«Vamos passar então ao ponto 5. Diria mesmo ao Ponto 5 e 6. Eu proponha que os dois pontos fossem discutidos ao mesmo tempo e votados em separado.

Mas como isso vai tomar hora e meia ou duas horas, eu proponho fazermos um intervalo agora e depois voltávamos para este ponto 5 e ponto 6. 10 minutos, por favor.»

Os trabalhos forma interrompidos às 22:45, por 10 minutos.

Os trabalhos foram retomados às 22:55.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (1:55:18")

«Meus Senhores e minhas Senhoras, por favor, vamos reiniciar os trabalhos.

Vamos reiniciar os trabalhos no ponto 5 e ponto 6. Proponho então que a discussão seja realizada em conjunto.

O ponto 5 ponto é a "Apreciação de relatório de gestão e prestação de contas de 2022" e o ponto 6 a "Aplicação dos resultados de 2022".

Discutimos em conjunto e votamos em separado. Alguém está contra? Muito bem. Senhor Presidente por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (1:56:29")

«Senhor Presidente, algumas notas que tenho que tecer sobre o documento e que me parece que também irá de encontro, depois, a que os senhores membros também possam fazer o seu julgamento e dar as suas opiniões, e também a possibilidade de melhorarmos. Também ficará bem para todos nós.

Mas a nota principal deste documento é que aquilo que foi a apresentação do nosso orçamento, em 2021, para 2022. Teríamos aqui sempre o objetivo de alcançar os 100% da receita que estimávamos. Ficou lá muito perto, ficou com 99.7. Onde nós verificámos que há realmente aqui um valor que acresce, face àquilo que era a nossa expectativa, é o valor dos impostos e das receitas dos impostos que sobem aqui 2.7 milhões de euros, e que nós tivemos também em consideração. Neste documento verifica-se também que os valores da descentralização também subiram face àquilo que são as transferências correntes e passamos a ter aqui mais valor por assunção de novas transferências, como irá acontecer também este ano.

Outro dos valores que também sobe, no nosso orçamento, na média que é calculada para fazer os orçamentos provisionais. Nós temos uma leitura precisa dos últimos 24 meses e nessa média dos 24 meses verificamos que as ausências, em 2020 e 2021, na cobrança de alguns valores de taxas, ao verificarem-se em 2022 também dá aqui um acréscimo de valor, um alento a este resultado que nós temos aqui. Era expectável, porque nós, quando calculámos o orçamento e quando pusemos 29 milhões de euros, e, depois, incluímos o saldo de gerência que foi feito no ano passado, verificámos que as receitas da Câmara andariam até abaixo desses 29 milhões. E isso comprova-se aqui pelo documento que é apresentado. O saldo de gerência, recordando que o saldo de gerência em 2021 tinha sido de 2.8 milhões de euros, e, em 2022, com a introdução desse saldo de 2021 - portanto, o outro reportava-se a 2020 - tinha sido de 4.1 milhões de euros.

Quando falamos destas receitas, destes valores, é importante nós refletirmos sobre isto e repisarmos um bocadinho isto. O documento clarifica muito bem isso no campo em que falamos sobre as receitas e falamos sobre o mapa dos impostos. É importante percebermos que este valor que nós temos dos impostos é uma fatia bastante grande de representação para o nosso orçamento, a maior; segue-se depois a fasquia da descentralização que ocupa aqui já 10 milhões de euros. Portanto, nestes dois montantes, temos aqui quase 24.6 milhões de euros.

Quando olhamos para a situação da despesa, e olhamos para a despesa de uma forma também muito objetiva, reparamos que há dois valores que sobressaem na nossa prestação de contas, que são as despesas com pessoal e da aquisição de bens. Mas temos também

tido, ao longo deste ano, algumas discussões sobre aquilo que são as despesas de capital. Realmente, as despesas de capital, até por força daquilo que têm sido os últimos quadros comunitários com que a Câmara se tem vindo a financiar para estas despesas de capital terem existido, e isso já foi referenciado aqui na última Assembleia em que se falava de 1.5 milhões de euros em média, ou numa reunião de Câmara, o senhor vereador Paulo Nunes falava numa captação de receita de 1.5 milhões de euros em média, portanto, eu acho que foram valores relativamente baixos face àquilo que era a possibilidade que a Câmara tinha de captar. Eu espero que a Câmara, nos próximos anos, tenha uma captação média de valores superiores. Hoje, já falámos aqui sobre a possibilidade de uma captação de valores. Já ouvi aqui, nesta Assembleia, também a possibilidade de captar os valores para a saúde. Portanto, estou à espera que esses valores se confirmem. É natural que haja aqui mais conhecimento que o próprio Executivo. Mas que isso possa também dar aqui relevo a um orçamento dos maiores que a Câmara possa ter governado até hoje, em termos de valores reais e não orçamentos provisionais com 7, 8, 9 ou 10 milhões de euros acima daquilo que era previsto. Como eu teria feito se olhasse para aquilo que é a regra do equilíbrio orçamental. Num orçamento de 30 milhões metia-lhe aqui, porque tinha aqui uma margem de 15%, metia-lhe 35 milhões e, portanto, estava completamente à vontade, e tínhamos tido um orçamento de 40 milhões de euros, no ano passado. Mas que, efetivamente, depois não se comprovaria na realidade.

Voltando à despesa, nós tivemos é este ano, realmente, também uma aquisição de capital que o ano passado tinha sido 6.9 milhões de euros. Este ano vamos a 4.2 milhões de euros. Relativamente às transferências de capital temos 2.1 milhões de euros, portanto, andamos aqui num valor de mais 30 mil euros que o ano passado. Mas na aquisição de bens e serviços, realmente, elevámos o valor da aquisição, não só com aquilo que fizemos também na aquisição de novos equipamentos na Câmara, como aquilo que estamos a remodelar e aquilo que estamos a fazer todos os dias em termos de manutenção e investimento constante, todos os dias, diariamente, na aquisição desses bens. Portanto, saímos aqui de 8.7 para 11 milhões de euros.

Nas despesas de recursos humanos estamos aqui com 9 milhões de euros, no ano passado, e este ano com 9.3 milhões de euros, que são valores relativos, conforme já aqui dissemos, a uma situação. Nós gostaríamos de ver em muitas das situações de carência de pessoal, em algumas áreas da Câmara, reposta essa normalidade, não só por aqueles que se foram reformando, mas também aqueles que, por mobilidade, vão saindo. E, portanto, pormos a consolidação do quadro de pessoal. É isso que estamos a fazer, até que o concurso que está aberto e o que está já quase fechado, com os assistentes técnicos e os assistentes operacionais.

E se é esta despesa, no ano passado, tinha dado o salto, pelos registos da educação que nós vimos da transição em 2021 e os referi aqui, este ano não há esta consolidação e a Ação Social não trouxe aqui mais despesas com pessoal.

Mas, neste momento, com a Ação Social e com a Saúde nós vamos ter mais registos de necessidades de pessoal porque a Câmara continua a receber mais responsabilidades. Essas responsabilidades também têm que ser delegadas nas pessoas que estão, nas pessoas que irão chegar e também a Saúde só traz, neste momento, mais 9 pessoas, ou, neste caso, são 8.

Portanto, aquilo que também foram as nossas dúvidas aqui, numa das discussões da última reunião, aquilo que nós queremos também é converter algumas das avenças em quadros permanentes e efetivos e, portanto, cai um valor de um lado nas rubricas das despesas e entra noutra, e, portanto, ficará aqui essa regularização feita.

Portanto, é isto que eu tenho a dizer sobre a prestação de contas. Acho que é um excelente resultado para todos nós. Um trabalho que fica aqui espelhado num relatório que tem aqui uma avaliação bonita para quem nos vê.

Uma possibilidade de endividamento que poderá ir até 11 milhões de euros.

A Câmara consolida mais uma vez os seus resultados. Tem uma execução dentro daquilo que é possível. Houve uma alimentação, no passado, de fundos comunitários para aquilo que eram as despesas de capital. Temos aqui registos de capital que não têm tanto a ver com essas receitas que vinham de fundos comunitários. Espero também essas despesas de capital, nos próximos anos, sejam alimentadas numa percentagem superior a 50% por financiamentos. É sinal de que vamos ter uma boa capacidade de execução e maturidade nos nossos projetos. Portanto, espero, já em 2024, se assim acontecer, ter um reflexo muito positivo em abril de 2024, de algumas das captações que já fizemos este ano e das que vamos continuar a fazer.

Irá entrar também o pacto do acordo com a CIRA, que terá de defender todas as 11 câmaras, e, a partir daí, trabalharemos também muito mais objetivamente nos fundos comunitários e na gestão desses fundos comunitários. Mas há outros também, que estão fora desse pacto, e que estamos a trabalhar muito sobre eles.

Portanto, espero conseguir trazer esta Assembleia boas notícias no decorrer das próximas Assembleias, diria até novembro. Isto tem que estar tudo consolidado, se bem que o Governo já deslizou também os prazos de fixação para lançamento de avisos. Ainda agora, o da educação já deslizou e, se calhar, ainda bem, porque se perspetivou que muitos dos municípios não teriam maturidade suficiente dos seus projetos, nem estariam prontos, nem informações prévias. E, portanto, vamos aguardando que o Governo também vá percebendo que esta pressão dos municípios, este cuidado que os municípios têm, através da sua Associação Nacional de Municípios, na defesa daquilo que são os interesses comuns, sejam respeitados pelo Governo. Já aconteceu em algumas matérias e, portanto, espero que continuem a acontecer.

Relativamente ao ponto 6, não tenho muito a dizer. É meramente um assunto contabilístico, mas se quiserem que eu fale alguma coisa sobre isso, também posso explicar. Mas é fundamentalmente o resultado líquido do exercício e que está bem explicado neste relatório de contas. Numa das folhas deste relatório de contas, também podem ver de onde é que vem esse resultado líquido e como é que ele é calculado. Portanto, há uma distribuição dele com as reservas legais no montante de quase 230 mil euros, 228 mil euros, e o remanescente será transferido para a conta de resultados transitados. Muito obrigado, senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (2:07':13")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Vou então abrir a primeira ronda de inscrições. Partido Socialista, quem se inscreve? Luís Leitão. Do 'Unir'? José Pinto Reis. Do PSD? Margarida Alves e Flor Agostinho. O CHEGA? Prescinde. Muito bem. Luiz Leitão por favor.»

Luís Leitão, PS: (2:07':13")

«Porque ainda tinha 12 segundos do ponto anterior, vou gastá-los agora para fazer um comentário ao seguinte assunto, nomeadamente à intervenção do José Pinto Reis.

Há 8 dias, o problema eram os Presidentes da Junta de Freguesia que não deveriam falar fora do sítio que lhes foi atribuído, ou qualquer coisa assim. Hoje, nós só devemos falar aquilo que os senhores do UPF querem que a gente diga. Mas já agora organizem-se, porque a Mariana falou muito mais sobre estratégia de habitação do que propriamente a oposição. Fica aqui a nota.

E, agora, dentro do ponto 5, Relatório e contas, abstenção.

Diria o outro, Excelentíssimos Membros do Executivo nem tudo está bem no exercício municipal, sobretudo ao nível das políticas. É evidente que também nem tudo está mal, mas não me compete, a mim, fazer o elogio do mandato de Vossa Excelência. Compete-me constatar o desempenho do vosso mandato nessa perspetiva, sobretudo ao nível das políticas. Vemos é que nem tudo está bem.

A distância do nobre sonho de um projeto à capacidade da sua execução é enorme. Do ajustamento do sonho à realidade, a distância é grande, ou melhor, a capacidade ou incapacidade de materializar os projetos é enorme. Mais difícil ainda, a rapidez de aprendizagem para concretizar. Ou seja, neste ano de mandato do 'Unir Para Fazer' o máximo que conseguiram até agora foi o seu contrário. Na minha perspetiva, podem eventualmente ainda unir ou ainda conseguir unir, mas ainda nada conseguiram fazer. Ou melhor, fizeram, fizeram a manutenção das políticas anteriores protagonizadas pelo PSD. Se era para isto, onde está a mudança? O PS, enquanto força política, assumiu-se defensor e lutou por uma mudança de mandato político em 2021. Conseguiu? não com o partido vencedor, mas conseguiu.

Analisamos o relatório de contas em busca de sinais dessa mudança. Mudanças prometidas pelo PS na campanha eleitoral, mas que não vislumbramos. Em vez de mudança, verificamos continuidade. Continuidade de uma política que não era a sua e de uma política que tanto criticaram.

O ano de 2022 permitiu confirmar uma tendência de sustentação da situação financeira, com redução da dívida e capacidade de investimento. Mas também com reparos na gestão financeira por não se encontrar mais vida para além do arrecadar de receitas e depositar dinheiro no banco.

Foi um ano de acumulação de capital pela Câmara. Mais 2 milhões de euros de receita face a 2021, mais 5 milhões de euros face ao previsto no plano.

A receita de taxas e impostos aumentou 3 milhões de euros, 1,5 milhões de euros de IMI, mais 900 mil euros de Derrama, mais 400 mil de taxas municipais, ou seja, mais 5 milhões de euros face ao previsto no ano passado, mais 3 milhões de euros de receitas de taxas e impostos. E porque contas são contas, são as opções políticas que nos separam.

Eu tirei o curso de contabilidade, mas estou aqui a discutir política. O relatório de contas é um instrumento essencial para fazer o balanço da atividade. Este aumento de receitas resulta num inédito saldo de gerência de cerca de 7 milhões de euros, mas manteve a insatisfação generalizada na população, uma mais ruidosa, outra fica-se pelo silêncio dos seus lamentos e, provavelmente, pelo silêncio do seu voto.

Esta Câmara, como já tive ocasião de dizer noutras Assembleias, não soube, nem tem conseguido saber, nem está a saber fazer gerir recursos financeiros do Município. Dinheiro no banco rende juros. Dinheiro na comunidade, rende investimento; dinheiro na comunidade rende desenvolvimento. Repito, dinheiro no banco rende juros dinheiro na Comunidade rende desenvolvimento.

Esta Câmara mantém-se agarrada a uma lógica de gestão de poupança familiar, em vez de uma política de investimento geradora de dinâmicas multiplicadoras. Se dúvidas houvesse, verifiquem os montantes dos protocolos com as Juntas de Freguesia, clubes desportivos, instituições, associações, IPSS, etc. Um grande etc. Recusam diminuir a taxa de IMI para o mínimo ou a taxa de IRS para 3%, ou mesmo simples medidas de incentivos ao consumo no comércio local. Este executivo promove uma política social pouco proactiva e com evidente défice do incremento da qualidade de vida do município ou dos seus munícipes. Desafiamos a autarquia a ser mais ativa na procura de respostas e parar com as desculpas de boicote à atividade municipal; a terminar o exercício da vitimização, suficientemente discutido já há 8 dias, por isso, não importa reforçar.

O PS critica a discrepância entre a execução da receita e despesa, gerando um saldo inexplicável para uma comunidade que é alvo de contenção e redução de apoio camarário, que significa desvalorização do apoio face ao passado, empobrecer aos bocadinhos.

Entendemos que são estes os números que confirmam a capacidade de poder reduzir mais do que a dívida, poder aliviar a carga fiscal sobre os munícipes. O que este Executivo não soube ou não quis fazer. A Câmara podia ter feito muito mais em 2022, mas a maioria do UPF não quis ou não soube.

Se o ponto de partida do PS para esta análise é o do anseio de mudança da maioria social, não pode um desorientado PSD de Ílhavo criticar agora, na oposição, a execução das suas próprias políticas e projetos, porque vocês estão-se a criticar, qualquer coisa que diga, estão-se a criticar a vocês próprios.

É, pois, a nós, é, pois, ao PS que compete dar voz à desilusão dos que se iludiram num projeto de mudança em setembro de 2021, que tarda ou dificilmente se irá concretizar.

Assim, porque apreciamos apenas contas e não votamos projetos e opções políticas, o nosso voto será a abstenção.»

José Pinto Reis, UPF: (2:14':44")

Boa noite a todos, mais uma vez. Em relação ao ponto que aqui nos traz, este é o primeiro relatório e contas apresentado com um ano de Executivo, liderado pelo 'Unir Para Fazer'.

É um relatório que não terá comparação com os anteriores, nem terá com os próximos.

A delegação de competências obriga a reajustar permanentemente aquilo que são os valores de referência e a compreendermos bem qual foi o seu enquadramento, uma vez que há aumento das despesas inerentes com essas delegações de competências e, assim, como as respetivas receitas.

Mas este é um relatório que é fruto de um trabalho realizado durante um ano, com rigor, respeito e responsabilidade. Rigor no tratamento da coisa pública, na preparação e na manutenção daquilo que são as boas contas do município e na capacidade de gerir os recursos que estão colocados ao nosso dispor para dinamizar a sociedade, lhe fazer prestar os serviços essenciais que são a nossa responsabilidade.

Gostaríamos de ter ido mais além? Provavelmente, sim.

Não podemos esquecer também que existiram fatores que influenciaram, positivamente, as receitas e que provocaram na realidade este acréscimo, que no final do exercício tem valores consideráveis.

Mas também é verdade, e todos reconhecemos no passado, que as dificuldades em adjudicar algumas obras e, além de adjudicadas, que elas passassem para o terreno e que pudessem

ser implementadas, foi um facto marcante na época, no ano transato, e que dificultou também alguma da execução que poderia ter sido um pouco mais ambiciosa.

É certo também que não estariam disponíveis, e não estavam disponíveis, fontes de financiamento substanciais, uma vez que o Quadro Comunitário de apoio está em fase de conclusão e ainda não existem avisos abertos para novos quadros.

É necessário ter rigor neste tipo de ações e de opções porque é necessário respeitar todos aqueles que são os interlocutores e aqueles que são os beneficiários da Câmara Municipal, e todas aquelas entidades que se protocolaram com a Câmara Municipal. Houve respeito por todos os protocolos, com os valores acordados, com os valores estimados e inscritos no orçamento aprovado no ano anterior.

Há respeito pelos fornecedores e por demais servidores da autarquia, cumprindo com eles aquilo que está acordado. Prática, hoje, felizmente, mais comum, mas que no passado não era assim tão comum em diversas autarquias, não me refiro, particularmente, à de Ílhavo.

E também um sentido de responsabilidade. Num ano com receitas extraordinárias e com menos capacidade de investimento, distribuir a tudo e a todos mais, prometer mais, criar expectativas que depois não poderiam ser continuadas. Se satisfizéssemos a vontade de alguns, teríamos aumentado os valores para as Associações, para todas as entidades, com as consequências que teriam no futuro. Esgotando essa capacidade que existiu num ano extraordinário, depois teríamos que vir a renegociar em baixa nos anos seguintes para poder manter ou ter uma capacidade de investimento que a autarquia deve ter nos próximos anos. Por isso, não se criaram expectativas infundadas de crescer este ano, para mais cedo ou mais tarde ter que vir a diminuir.

Três linhas que achamos importantes sublinhar neste documento. Uma vez mais, o rigor, respeito e responsabilidade. É assim que pretendemos que continue a ser o trabalho e que o compromisso que nos propusemos e que assinámos com a população seja avaliado ao final dos quatro anos de mandato. E aqui estaremos para, de uma forma objetiva, assumir as nossas responsabilidades e, claramente, demonstrar o trabalho que foi feito e o que estará por fazer.»

Margarida Alves, UPF: (2:20':51")

«Boa noite a todos, novamente. Fonte, Rádio Terra Nova: “ao fim de 18 meses de gestão autárquica, o Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo assume, pela primeira vez, em declarações à Terra Nova, que o projeto autárquico do Movimento independente ‘Unir Para Fazer’ está a enfrentar mais dificuldades do que o esperado. João Campolargo aponta o dedo à herança recebida pela nova maioria. Segundo o autarca de Ílhavo não encontrou projetos nos gabinetes da Câmara de Ílhavo. O dedo acusador é dirigido ao PSD que governou a Câmara até 2021. Depois de sempre ter recusado falar sobre o passado, o autarca procura sacudir a pressão colocada pelas Juntas de Freguesia que pedem maior capacidade de decisão. Ouvida esta manhã, no aniversário da elevação da Gafanha de Nazaré à categoria de cidade, João Campolargo disse ter recebido uma Câmara sem formação detalhada e reconheceu que a transição está a ser muito complexa”.

Naturalmente, o que me surpreendeu mais foi o título desta notícia: “Cheguei à Câmara com meia hora de trabalho, com Fernando Caçoilo. E agora vira-te aí”. Quem conhece o engenheiro Fernando Caçoilo, como eu, sabe que esta expressão não faz parte do dialeto dele.

Depois de ouvir o Partido Socialista, ainda fico mais agradada porque, de facto, o PSD sabe deixar herança, sabe deixar a almofada para gastar. Isso é que é uma coisa que me orgulha em ser social democrata. Nós deixamos almofada ao Partido Socialista para governar o país e deixamos a almofada para o ‘Unir Para Fazer’ governar o Município de Ílhavo.

Assim, face às últimas declarações do senhor Presidente da Câmara de Ílhavo, no âmbito do aniversário da Elevação da Gafanha da Nazaré à categoria de cidade, o PSD de Ílhavo vem, por este meio, lamentar e repudiar as infelizes declarações, em nome da verdade e da honra, assim como da história e da responsabilidade. Pego nesta palavra, Pinto Reis, responsabilidade.

Será que o senhor Presidente da Câmara vem, agora, ao fim de 18 meses de gestão corrente daquilo que lhe deixaram, manifestar a sua incapacidade e impreparação para o cargo? Apontando o dedo à boa e excelente herança que tem sido, em boa verdade, o seu verdadeiro abono de família para manter a atividade da Câmara num nível digno, assim como o manifesto das suas dificuldades ou incompetência para colocar e manter o Município com a dinâmica que sempre foi reconhecida.

Com ou sem amnésia, o senhor Presidente de Câmara necessita que lhe recordem que recebeu um município com uma sustentabilidade financeira invejável, situado no 29.º lugar dos municípios com melhor equilíbrio financeiro no ranking nacional. O legado autárquico deixou igualmente um município atrativo e gerador de confiança no desenvolvimento que teve nos últimos anos, com reconhecimento múltiplo em diversas áreas de atuação e atividades, assim como um vastíssimo leque de eventos de qualidade regional e nacional - e não mudámos nomes - cujo único trabalho que lhe dão agora se centra na mudança de nome para parecer novo ou inovador. Que não é inovador, naturalmente.

Quanto aos projetos, devemos recordar o senhor Presidente de Câmara que a tal herança do Partido Social Democrata deixou entre projetos prontos e a decorrer, o seguinte, com pandemia - processo de pandemia, não esquecer que a pandemia começou em 2020 e nós saímos em 2021: via de acesso à zona industrial da Ervosas, PSD; Centro Cívico da Gafanha do Carmo, projeto PSD - já ouvimos o Presidente da Junta desmontar e contar a verdade; Construção das redes de águas residuais e pluviais da Gafanha do Carmo-Boa Vista; Estudo prévio do Centro Escolar Norte da Gafanha da Encarnação; Estudo prévio da recuperação do Argus, vamos ver se o fazem; Requalificação da Avenida José Estevão, Zona da Igreja e Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, ainda não está; Construção de passeios na Barra e na Rua das Cancelas, em Ílhavo; requalificação da Escola Secundária Dr. Celestino Gomes, em Ílhavo, entre outros. Tudo que o PSD deixou.

Quanto às obras... atenção, projetos, não havia projetos... quanto às obras, foram deixadas 16 obras a decorrer no valor de 6 milhões de euros. Tomando como exemplo: a segunda fase das redes de drenagem das águas residuais e pluviais da Gafanha da Encarnação; Requalificação da Avenida Nossa Senhora da Saúde, na Costa Nova; a dragagem do Cais dos Pescadores da Costa Nova; a requalificação da Rua São Francisco Xavier, na Gafanha Nazaré, ainda está a decorrer a obra passados 8 meses; a receção do Navio-Museu Santo André; requalificação do parque da Malhada, em Ílhavo; Laboratório do Envelhecimento, em Ílhavo; o PAMUS 1 e 2 na Gafanha da Nazaré e Gafanha de Aquém; etc., etc.

Relativamente às obras adjudicadas, portanto, ainda deixámos obras adjudicadas, além dos projetos das obras em curso, que algumas ainda estão a decorrer ao fim de 18 meses, relativamente às obras adjudicadas vamos deixar quatro obras no valor de 7 milhões de euros, nomeadamente o Centro Cultural da Gafanha Encarnação; a reabilitação do Pavilhão do Carmo; o PAMUS 11 entre a Zona Industrial da Mota e a Gafanha da Nazaré; a terceira fase da rede de saneamento e águas pluviais na Gafanha da Encarnação. Esta sim foi uma verdadeira herança deixada pelo anterior executivo do PSD.

Quem muda de Executivo e recebe assim um legado? Tomara muitos presidentes de Câmara receber assim um legado recheado de trabalho e arrojo político, que é o que está a faltar.

Não se esconda, senhor Presidente João Campolargo atrás de desculpas bacocas e fora de prazo. Já passaram 18 meses de inoperância da maioria que governa - a incompetência será, depois, o povo, naturalmente, a classificar - mas a inoperância da maioria que governa, essa sim, define o trabalho que tem sido feito - não se vitimize, não é assim que se ganham votos - quando a capacidade de gestão e a falta de estratégia de futuro, só a moldura dos 18 meses que levam à frente dos destinos do município, o município que a todos nos habitou a estar na linha da frente.

Para terminar apenas mais uma nota. O que lhe deixámos, na meia hora que refere, foi o município no caminho da modernidade, uma conquista fruto de muito empenho, conhecimento e visão, arrojo e muito trabalho fora dos holofotes e do populismo. Obrigada.»

António Flor Agostinho, PSD: (2:29:08")

«O ponto é para aprovar o Relatório de Gestão e a prestação de contas 2022.

Quanto a este ponto, quanto às contas, como nós sabemos, elas foram certificadas por quem de direito, pelos devidos revisores oficiais de contas, e nós não temos nada a referir. Certamente que elas estão corretas, os valores estão corretos, os dados são fidedignos e as conclusões são óbvias e corretas.

Agora, como foi até aqui, temos que fazer a nossa avaliação política do que foi este mandato de um ano.

Devemos começar por referir a saúde financeira da Câmara, conforme temos vindo a assinalar ao longo dos últimos 18 meses, como se percebe das palavras do senhor Presidente, e passo a citar "Ao longo deste ano, no âmbito financeiro, o Município de Ílhavo conquistou importantes metas. Reduziu o passivo, aumentou o resultado líquido, aumentou a percentagem de execução da receita cobrada líquida e reduziu o prazo de pagamento a fornecedores". Donde durante o exercício de 2022, foi alcançado um resultado positivo

assinalável de 4.564.832,95 euros, ou seja, os rendimentos são superiores aos gastos, neste montante.

Este resultado resulta de um total de rendimentos de 32.426.241,22 euros, mais 6 milhões de euros do que em 2021, e de gastos que apenas subiram de 26,1 milhões de euros, em 2021, para 27.8 milhões de euros, em 2022.

Em termos de receitas, e conforme refere o documento, a CMI apresentou mais 3.144.613,97 euros de receita arrecadada. Este acréscimo é justificado fundamentalmente pela maior arrecadação, comparativamente com o ano antecedente, do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e derrama e pelo retomar da atividade que gerou maior receita municipal. Estes dois impostos - IMT e Derrama - contribuíram, por comparação com 2021, com mais 2.379.172 euros, para as receitas.

No que respeita a rendimentos gerados e receitas cobradas, estamos perante um período macroeconómico de robustez e dinamismo económico que a Câmara Municipal de Ílhavo governou, ao contrário das dificuldades assinaladas em certas partes do relatório, querendo demonstrar algumas dificuldades para encobrirem a incapacidade e incompetência manifestadas em gerar riqueza e desenvolvimento, através de um maior investimento, que manifestamente não se registou.

Ao nível dos gastos em despesas correntes, por comparação com o gasto em despesas de capital, devemos assinalar o seguinte. Como sabemos, as despesas de capital são aquelas que contribuem para o enriquecimento do território, englobando as despesas com obras e investimentos em edificado, que permitem melhorar a qualidade de vida das populações. Logo, promovem o desenvolvimento das populações e potenciam o investimento privado.

Ao contrário, as despesas correntes vão-se perdendo ao longo do tempo e são apenas necessárias como suporte ao normal funcionamento da atividade corrente do município, custeando o desempenho das tarefas sociais e burocráticas que lhe estão atribuídas.

Ora, o relatório que nos é apresentado refere que: “o valor das despesas de capital ascendeu a 7.458.022,47 euros, quando, em 2021, tinha sido de 10.562.499,59 euros, o que corresponde a uma diminuição de 29,39%”. Ou seja, e por comparação, falamos de menos 3 milhões de euros de investimento.

Tendo em conta o colossal e original saldo de gerência previsto, existe, e existiram, condições para, obrigatoriamente, haver a realização de muito mais obra, investimento e apoio às forças atuantes da comunidade, Instituições, IPSS, empresas, população, mas que, por incapacidade e opção deliberada, foi preterido em desfavor da nossa população.

Ao nível dos Fundos Comunitários, lamentamos a baixa capacidade de captação de fundos, de apenas 803.159,53 euros, sendo este resultado quatro vezes inferior ao conseguido em 2021, ano quase maioritariamente gerido pelo PSD. Exige-se mais empenho e trabalho na realização de candidaturas.

Mas mais relevante, é que a média anual dos fundos comunitários arrecadados entre 2018 e 2021, e, portanto, pela ação do PSD, foi de 1.5 milhões de euros por ano, o dobro do arrecadado em 2022 pela maioria em funções que conseguiu apenas metade, quando promete, continuamente e demagogicamente, fazer muito mais, só que no futuro.

Justiça seja feita para esta pouca propensão para o investimento por parte do Movimento, pois o senhor Presidente afirmou e reconheceu na sua tomada de posse, ao contrário da maioria dos Presidentes de Câmara que integram a CIRA, e numa ótica financeira completamente errada e contraciclo, “os fundos comunitários não serão o alfa e o ómega” da governação UPF.

Posição esta que é reforçada no texto do relatório em análise, quando se afirma que “o Executivo pretende fortalecer a importância de um rigoroso e seletivo grau de investimento, executado de forma sustentável, estruturado com um controlo cauteloso da despesa, base para o desejado equilíbrio orçamental e rigor na gestão financeira, conforme se poderá atestar na decomposição minuciosa dos documentos contidos neste relatório.”

Todos sabemos que a capacidade de atrair e cativar Fundos Comunitários foi e é um ponto crítico para o crescimento sustentado do Município. Sem fundos comunitários, a autarquia transformar-se-á numa simples Direção-Geral do Estado, para fazer aquilo que o governo lhe obrigue, ou seja, para executar as tarefas que lhe sejam transferidas.

O Município de Ílhavo e os ilhavenses estão condenados ao pouquinho, logo, ao não desenvolvido do seu nível de vida, contrariando o caminho dos últimos anos.

Analisando a tesouraria e o endividamento, são inúmeras as palavras e expressões que corporizam a boa situação, que já vem de anos anteriores, na tesouraria da Câmara. Começamos pela validação e consciência do trajeto decrescente do endividamento que já tinha vindo sendo seguida pelos Executivos do PSD. Em 2022, como refere o documento, o montante da dívida de médio e longo prazo foi de, apenas, 2.166.539,47 de euros. Refere até

o documento que “por outras palavras, o saldo registado em 2022 revela que o equilíbrio das contas não depende da obtenção de financiamento externo, mas antes na capacidade de autofinanciamento do Município...”. Em suma, o ato de governar exige um constante equilíbrio entre bem gerir e a capacidade de assumir um nível de risco adequado e arrojado, para que não sejam as contas o fim em si mesmo, mas sim um meio para melhor servir as populações e proporcionar-lhes melhor qualidade de vida.

O PSD regista o importante desempenho financeiro, na senda do que o PSD obteve, mas em 2022, e agora sem COVID, e com a inflação e as transações imobiliárias a permitirem uma arrecadação suplementar de 6 milhões de euros de rendimentos, as melhores expectativas foram superadas.

Para o PSD os desempenhos económicos são um meio para melhor poder potenciar a vida em conjunto das pessoas e agentes económico-sociais, os quais não estão a ser aproveitados por incapacidade e inércia.

Assegurado o equilíbrio financeiro e tendo dado continuidade à gestão rigorosa e sustentável do passado, sem falsos populismos, deveríamos ter tido uma especial atenção a quem mais necessita, não numa perspetiva assistencialista, mas apoiando, por sensibilidade social, neste contexto especial de inflação que é muito mais penalizador para famílias e empresas, do que para os organismos que, por via dessa inflação, cobram mais impostos.

Um resultado líquido tão significativo demonstra que o PSD tem razão, quando democrática e ponderadamente, vem solicitando mais atenção para as pessoas, para as Instituições, em especial as de carácter social, para as empresas, Juntas de Freguesia e demais entidades da comunidade.

Em conclusão, o ano de 2022 registou muito pouco investimento para o nível de receita que a Câmara obteve, receita esta que corresponde a despesa para os munícipes.

O Concelho está a trilhar o caminho contraciclo, contrário à maioria das autarquias suas congéneres, em especial as vizinhas, que, cada vez mais, apostam no investimento indutor de maior desenvolvimento.

Pelo acima exposto, o PSD, que não assume qualquer responsabilidade pela atual gestão diária do Município, declara abster-se.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (2:41:09”)

«Muito obrigado, senhor Presidente. Bem, eu hoje pensava que ia ouvir muito menos do que aquilo que já ouvi, mas fico contente com aquilo tudo que ouvi. É sinal que estamos no bom caminho e não o contrário. Portanto, olhando para aquilo que eu vi em algumas atas, e já o referi aqui, no outro dia, quando o senhor Flor Agostinho estava do outro lado da bancada e tinha aqui um elemento do PSD, dizia assim: “afirma-se que o desempenho do Executivo foi consentâneo com as propostas apresentadas aquando da apresentação das GOP. Registo com agrado o bom desempenho deste Executivo municipal, sem aumento de impostos municipais, sem cativações, afirma-se satisfação pelos números apresentados”. E não dizia mais nada. Hoje, não sei se foram 10 minutos, foram 15 minutos. O senhor Hugo Coelho, na altura, que não sei se esteve aqui ou se já esteve ou não esteve, também dizia “reafirma a intervenção do mesmo Flor Agostinho e reforça que a obra realizada é importante”. Portanto, era isto que se fazia. Nessa altura era isto que se fazia. Agora, convém fazer de outra forma. E eu fico contente também para não ler as outras intervenções do senhor Pedro Martins, também tinha umas intervenções engraçadas nessa altura. Se calhar não escreviam tudo o que vocês diziam, mas depois havia sempre umas declarações de voto. Mas olhe, vou buscando as atas, vou estudando também estas matérias para perceber quando estamos do lado da oposição temos um comportamento completamente diferente. E também tínhamos saldo de gerência e tínhamos valores mais baixos de resultados no final, mas dizíamos que estava tudo bem. Era uma maravilha, as coisas corriam todas bem. Não interessava o que é que íamos buscar ao FEDER, ao PO SEUR, não interessava nada. O que interessava é que estava tudo bem, era tudo uma maravilha.

Eu só de fazer aqui duas ou três referências que me parecem engraçadas.

Não sei se o senhor Luís Leitão ainda está na sala, se não, mas pela experiência autárquica que tem tido nos últimos anos parece-me que está preparadíssimo e, portanto, aceito que um dia poderemos discutir estas matérias também ombro a ombro, num Executivo municipal. E, portanto, vamos ver essa pujança e esse conhecimento que tem da gestão autárquica, porque já me pareceu que até com o partido que está acha que nesses membros está mesmo uma capacidade diferente, sublime, de toda a gente para sermos mesmo os bons da figura.

Fiquei com essa nota, também não sei se foi numa rádio, se não, porque agora passamos a comentar também aqui a rádio, já percebeu isso também? Agora estamos sempre aqui a comentar a rádio, o que a rádio diz. Eu não escrevi lá nada, mas a rádio escreveu, está escrito. Depois, há um excerto, interessa esse excerto, mas eu tenho que valorizar, claro.

Também me parece que relativamente àquilo que fala, também Luís Leitão, relativamente àquilo que é a atribuição de subsídios, e todos os que falam aqui, que há normas nesta Câmara que são os Regulamentos Municipais que depois vão, por muito que nós não queiramos, vão estar a punir completamente as nossas Associações. Ao fazermos uma revisão desses regulamentos e podemos melhorá-los e podemos ter aqui uma escalada brutal, e no sei se será aquilo que todos nós queremos, depois, na votação, depois veremos isso porque pode pôr em causa mesmo os orçamentos daqui para a frente. Porque nós não podemos fazer um regulamento e daqui a um mês estar a mudá-lo e depois outra vez mudá-lo, e agora convém que seja assim.

Eu aceitei um bocadinho essa forma de governação que estava no passado. Há realmente algumas coisas que se vão corrigindo. Hoje até já ouvi aqui mais do que em meia hora, muitas vezes, ouço de outras pessoas, mas já retive aqui e depois vou, na Ata, ler isso tudo para também ficar com mais conhecimento.

Porque se calhar ainda não cheguei a todas as coisas e se calhar, assim, até me facilitou mais a vida.

Relativamente àquilo, que também me parece, dos ajustamentos que nós temos vindo a fazer, e face àquilo que o Pinto Reis diz, penso que o relatório diz claramente que a Câmara está bem, e acho que nós todos temos essa essa certeza, a Câmara precisava de robustecer. Nós já falámos aqui, eu já falei aqui algumas vezes e também tinha ouvido aqui do PS algumas vezes, a possibilidade de empréstimos para fazer obra. Eu penso que a Câmara, com uma boa gestão, é capaz de ultrapassar essa fase. Se não tiver que ultrapassar também, neste momento, criou essa disponibilidade, que já tinha criado no passado e também fez empréstimos de médio prazo, muitas das vezes para resolver problemas de tesouraria. Espero não chegar a essa necessidade também, mas fê-lo, mas fê-lo.

Portanto, penso que assim no comportamento deste principiante, desta pessoa, como já me rotularam aqui, várias vezes, e que muitos empresários tiveram o prazer de me ter a trabalhar com eles, penso que fica bem a essas pessoas porque nós vamos refletir sobre elas e muitas das pessoas que ouvem vão refletir sobre a importância que essas pessoas tiveram também nos trabalhos que desempenharam. Porque, a mim, custa-me um bocadinho ouvir, e todos os meus amigos fizeram parte da minha vida em termos de trabalho, algumas coisas que eu ouço aqui, caem menos bem, mas isto é político e parece que vale tudo.

Portanto, estamos sempre capazes de dizer tudo e mais alguma coisa, mas de vez em quando deveríamos olhar para dentro e pensar o que fomos, o que fizemos e o que deixamos de fazer. E se calhar, o Luís Leitão, até já conversámos várias vezes sobre isso e reconhecemos esse valor de um e de outro, mas outras pessoas, se calhar, faltou-lhes esses bocadinhos de conversa e com alguns amigos comuns para reconhecerem isso.

Eu acho que aquilo que o Pinto Reis disse sobre esta questão do rigor, respeito e responsabilidade, acho que transmitimos isso à equipa, que era o que queríamos. A equipa trabalhou nesse sentido e conteve-nos em algumas coisas que nós até poderíamos ter abandonado - aquilo que é a lei dos compromissos e pagamentos em atraso - e termos feito alguns exageros. Portanto, estávamos libertos dessa questão, porque a Câmara, o ano passado, encontrava-se liberta disso pelo seu saldo de execução. Não quisemos admitir isso e, portanto, vamos continuar a manter aquilo que é o fundo de maneio com essa base. Vamos ter sempre os fundos disponíveis que temos, todos os meses, para poder avançar, para que não falhemos com este prazo, que eu acho que não é tão real assim, dos 13 dias de pagamentos a fornecedores, mas que anda muito próximo disso. E acho que é muito bom estamos a falar de valores que podem ir a 20, a 30 a 100 mil euros, a 50 mil euros, alguns são aprovados em reunião de Câmara. Portanto, estou completamente à vontade sobre isso. Relativamente à Margarida, não tenho qualquer comentário a fazer. Relativamente aos lugares e à nossa pontuação - já não seja se foi a Margarida, se não, e aí fica um comentário - vou esperar por esse ranking, sabendo também duas coisas. Fala-se aqui muito dos municípios que estão na CIRA e que fazem parte da CIRA. Eu gostava que os partidos, e nomeadamente o PSD, que lidera este processo na CIRA com 7 municípios onde os seus eleitos são do PSD, que olhassem para as contas desses municípios e que vissem os saldos de gerência e que vissem também a captação de receita que esses municípios tiveram depois de 2022. E se quiserem falar depois comigo, eu também falarei e podemos chegar a algumas conclusões.

Portanto, estarmos aqui a ir à praia, trazer um saquinho de areia, mandá-lo aqui para cima de alguém não me parece muito correto. Aliás, não houve aqui mais nada de novo, não houve aqui nada onde se possa captar. Há realmente municípios que beneficiaram de outras condições de financiamento, até para sair dos problemas que se encontraram, esses Presidentes, quando iniciaram a sua governação, tiveram outras fontes de financiamento e apostaram em grandes obras e que, neste momento, esperam também encontrar financiamento para as concluir.

Nós sabemos, para quem anda muito próximo dos dinheiros públicos, quando se fecha uma obra acaba a possibilidade de recorrer a um financiamento, enquanto a obra não se fechar pode haver sempre um financiamento. Não é o nosso caso.

Relativamente a tudo o que o senhor Flor Agostinho diz que é falta de ambição e de arrojo. Pois, eu, se calhar, vou esperar mais algum tempo para que estas coisas corram o seu tempo natural e depois, se calhar, vocês vão dizer assim, nós alertámos e afinal o senhor Presidente fez, nós alertámos, nós sempre dissemos isso e afinal, agora, realmente estamos no bom caminho. Eu vou aceitar isso tudo. Eu estou cá com uma experiência que eu acho que gostava que todos tivessem. Desejos a todos isso. Façam 8 anos numa Junta de Freguesia, tenham o reconhecimento que essa Junta de Freguesia tomou a nível da nossa Comunidade, a nível do nosso país, eleito, realmente, por um partido que sabe o respeito que também tenho. As condições são o que são, mas fiz esse trabalho. Penso que o passei ao Presidente da Junta atual da melhor forma. Também lhe deixei obra, nunca o ouvi referenciar isso. Não sei se estive uma hora, se tive uns dias, se tive alguns dias antes. Mesmo a seguir ao dia 26 e da tomada de posse dele. Se calhar trabalhei alguns dias, paralelamente, para ele perceber o que era o sistema informático, quem eram as pessoas que lidavam com os processos, quem é que me pedia mais informações, quem é que não pedia. Fiz isso tudo. Vou deixar essas dúvidas para algumas pessoas que vão referindo algumas coisas. Não desvalorizando sempre as pessoas, como eu vejo aqui que se desvalorizam. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (2:51:15")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Vou abrir então a segunda ronda de inscrições. Partido Socialista, quem se inscreve? Luís Leitão. Do 'Unir Para Fazer? Pedro Cristo. Que se inscreve do PSD? Margarida Alves e Flor Agostinho. Do CHEGA? Sérgio Louro. Muito bem, vamos então começar pelo Luís Leitão, por favor.»

Luís Leitão, PS: (2:52:06")

«Duas notas que não têm que ser necessariamente de discordância ou de contrapor. Queria apenas aqui reforçar duas ou três situações.

Eu estou aqui a representar-me a mim e também ao Partido Socialista. E desde alguns anos, desde que eu tenho feito parte desta Assembleia, as críticas e os elogios que se fazem são sempre com respeito pelo ser humano, com respeito pelas pessoas que aqui estão. Discordamos e debatemos ideias e, portanto, não temos como objetivo estar, propriamente, a pôr em causa as pessoas.

Percebi também na sua intervenção que olhava para os meus olhos, mas dava recados para terceiros, que não para mim. Portanto, percebi na sua mensagem que estava a elogiar a abordagem e a forma como me dirigi a Vossa Excelência, e, portanto, não tenho nada a dizer a título pessoal. Mas senti alguma críspação da sua parte e não vale a pena estarmos a colocar esse tom na abordagem. Estamos aqui a criticar e a fazer política, disse e muito bem, o que não deixa de ter a sua piada, até porque a minha intervenção já fazia essa referência que era a situação difícil que o PSD vive, neste momento, nesta bancada, porque estamos nesta fase de transição e é um bocado difícil mudar a posição e o teor dos discursos assim, com tanta rapidez, o tal flick flack que se dá tantas vezes na ginástica, portanto é mais difícil. Apesar de claramente derrotado nas urnas, a proposta de mudança requerida pelo Partido Socialista continua a fazer sentido, e, mais do que nunca, agora faz, agonizada muito por parte do UPF, com o domínio no Executivo, mas o processo de mudança legítima muito a nossa intervenção e, portanto, não deixa de ser descontextualizada, por tudo aquilo que temos.

Só para dar esta nota de que vamos continuar a manter o nosso espírito crítico. Abordamos a capacidade de execução da entidade e do Executivo e não das pessoas. Portanto, não se sintam aqui os tocos de qualquer forma, feridos na sua personalidade. Queria só reforçar isso. Parece-me que às vezes nós, no calor da discussão, podemos ficar um pouco mais perturbados. Depois por fim. Dizer que gostei da intervenção do Flor Agostinho na abordagem

teórica naquilo que é a análise das contas. Mas acho que não era isso que se pedia à minha intervenção, não era fazer uma análise dos números. Essa está feita, as contas estão bem feitas, não tem havido novidades no relatório do Revisor Oficial de Contas, mantém-se praticamente a mesma limitação que, desde o primeiro dia, tem a ver com o cadastro, lamentavelmente, com a incapacidade de, em 2023, ainda termos de saber aquilo que é nosso, de conseguir pô-lo no sítio e quantificá-lo.

Imaginem lá, como é que havemos de identificar agora propriedades para recuperar se nós, na Câmara, e quando dizemos isto não é para pôr em causa o Executivo... é o sistema. Esta é a realidade do monstro que são, muitas vezes, as autarquias ou as Entidades Públicas, e, portanto, há que relevar um pouco este tipo de situações.

Portanto, as contas aqui estão certas, 2+2 dá 4. Estão ali refletidas, também, grande parte daquilo que se queria fazer ou não se conseguiu fazer.

A abordagem da minha parte é política, continuará sempre a ser política e só discutiremos números quando 2+2 não derem 4 ou será diferente, eventualmente, também de uma interpretação para 2022. É só.»

Pedro Cristo Graça, UPF: (2:56:33")

«Boa noite a todos aqui presentes, a quem nos está a acompanhar via streaming.

Meus caros, nós estamos aqui, neste ponto, para fazer uma análise ao Relatório de Gestão e Contas. Já vi quase aqui declarações políticas. Fico contente que o PS se sinta satisfeito por ter sido ele que nos deu a vitória.

De qualquer maneira, aquilo que eu queria dar indicação é que a análise, efetivamente, ao relatório de contas, que ouvi aqui, foi, exclusivamente, do professor Agostinho. Permitam-me tratá-lo assim porque foram muitos anos a aturar.

Gostaria só de dizer que é uma análise despida. Uma análise despida do enquadramento, uma análise despida da questão temporal. Eu levantei isso numa das últimas intervenções. É fácil olharmos, neste momento, para os investimentos de capital se tivermos o enquadramento daquilo que existe.

E muito bem, o anterior Executivo candidatou-se ao mais possível que havia de investimentos. E muito bem, o professor não estava aqui, mas na primeira sessão, na última Assembleia, demonstrava aqui, ao abrigo do mapa da NUTS da CIRA, que Ílhavo tinha um nível de concretização de investimentos na ordem dos oitenta e tal por cento. Ou seja, muito trabalho e bom trabalho, mas pouco ficaria, digamos, para a frente. E a questão que se levanta aqui é, candidatámo-nos aqui a que projetos? Que avisos foram abertos? De mobilidade por causa das portas automáticas? Foi? Que montante dá isso? Poucos foram aqueles que têm valor de dimensão. Se calhar pegar nestes 3 milhões ou 4 milhões de euros de resultados líquidos da Câmara e se fosse possível, teoricamente possível - porque é um lucro, mas lucro nem é isso, não quer dizer que se tenha mais - me pegar nesses 4 milhões e recuperar as duas escolas secundárias que falamos aqui muitas vezes. Celestino Gomes, tal e tal... pega-se nesse dinheiro e investe-se. Seria boa opção de gestão? Ou não seria uma boa opção de gestão termos a certeza que o enquadraríamos num PT2020 em que a gente, em vez de pagar 3,5 milhões de euros, 4 milhões de euros, pagaríamos 500 mil euros, 600 mil por ele? É assim que gerimos as nossas casas? Eu penso que estamos aqui a discutir a questão política, como diz Leitão, muito bem diz, não vai discutir aqui números, estamos a discutir a questão política. Poderá ser errada a opção, mas foi a opção que o Executivo tomou. Tomar e decidir dessa forma, se calhar com rigor, se calhar com mais precaução, mais se calhar que nós, mas quando estamos do outro lado, sempre entendemos que nós faríamos sempre muito melhor. Mas não é o caso. Era só.»

Margarida Alves, PSD: (2:59:54")

«Obrigada, senhor Presidente. Eu começo a ficar habituada por não ter respostas e isto preocupa-me, porque eu estou para fazer política, não é para falar de números. Se não, eu não seria política, não seria eleita pelo povo. E começo a ficar preocupada quando não tenho respostas e isto tem sido uma constante. Nem que seja uma crítica, porque quem vem para o mundo da política tem que aceitar todas as críticas e não mandar indiretas, eu ouvi dizer... A minha intervenção começa com uma notícia da comunicação social. Quem sou eu para contestar aquilo que a comunicação social escreve, isso era no 'tempo da outra senhora', não no tempo pós 25 de Abril. E, nomeadamente existe um áudio. Mas o que me surpreendeu foi o título, mas isso é a escolha do jornalista. De facto, está lá. E o senhor Presidente reafirmou aqui, na meia hora. Até deu, a título de exemplo, que deixou o programa "Xpto" e não sei quê... Isso não interessa. Eu constatei projetos, obras em curso e concursos. O Partido Social

Democrata não foi só meia hora que cá deixou, foram 6 milhões de euros, mais 7 milhões de euros, foram 13 milhões. Isto está nos documentos.

Fomos a eleições, perdemos as eleições democraticamente, naturalmente, mas agora eu vou estar aqui sem dizer, sem cobrar... atenção que a Assembleia Municipal é o órgão fiscalizador. Sempre foi, para bem ou para o mal, na posição ou na oposição. É o órgão máximo dos municípios. Ou ainda não perceberam isso? Ou eu não sou livre de dizer o que lhe foi feito, de dizer que tive, e tenho, orgulho do que foi feito, e que ambicionamos mais. Também levámos um programa, mas não ganhámos. Mas queremos ganhar. Não estejam à espera que vamos entrar nisto do têm que provar, não provar ou não... senhor Presidente, eu não quero o seu lugar, esteja descansado, senhor Presidente da Câmara. Não quero o seu lugar. Felizmente, vivo da minha profissão e por aqui continuo. E felizmente, consigo ser política. E não só. Mas sei também estar na posição e na oposição. Aliás, os meus companheiros do Partido Social Democrata devem, se quiserem, nas conversas de café ou daquilo que ouvem falar da minha pessoa, podem dizer à vontade que, se calhar, sou das pessoas mais críticas que existem no partido porque eu tenho pensamento livre. Sempre tive. Então o que é que estamos aqui a fazer? Não é política? Nós vamos a eleições, não é política? As pessoas votam em nós, não é política? A democracia não é política? Não é a política que decide o nosso dia a dia? Não são os políticos que fazem os projetos irem avante? Não são os políticos que se responsabilizam pelos mesmos? Mas também são os políticos, nomeadamente no órgão deliberativo, não executivo, mas é deliberativo, da Assembleia Municipal que dá as precauções, que fiscaliza. Eu não preciso dizer isto a ninguém nem de dar este ensinar, eu não sou professora.

A questão que se debate aqui não são questões pessoais. Nada me move contra ninguém de vocês, pelo contrário, tenho aqui grandes amigos e amigas pronto. Agora levar isto para a questão pessoal é que me começa a preocupar. E não ter respostas ainda me preocupa mais. Muito obrigada.»

António Flor Agostinho, PSD: (3:04:10")

«Eu só venho aqui prestar um esclarecimento. Quer dizer, hoje em dia ouvimos falar em atas, atas para trás, atas para frente. As atas, hoje, são a transcrição do que aqui dito. Há aqui companheiros que nos acompanharam em sessões anteriores, em que aquilo que nós entendíamos numa ata, como está na lei, é a decisão, é a tomada de decisão sobre o Tema em discussão e, eventualmente, acrescentada de algumas reflexões feitas por alguns membros. E quem consultar as atas do passado, o que verifica é mesmo isso. Há um ponto que é discutido e lá na ata, o que é que aparece? Foi aprovado ou foi reprovado ou foi chumbado, houve abstenção com x votos, votos de fulano e fulano e, durante o período, alguém disse alguma coisa, resumidamente. Agora, há aqui companheiros meus e há aqui colegas de outras bancadas que sempre intervieram nas reuniões. Isso, não tenho dúvidas e que sempre falaram. Agora, há outras pessoas que entravam calados e saíam mudos. Também sabemos disso. E não sabemos qual era a sua interpretação ou qual era o seu pensamento, na altura. Limitavam-se a levantar o braço. Mas que nós estávamos lá sempre a falar, estávamos.

Se me perguntam se alguma vez tive preocupação em ler uma ata? Sinceramente, não. Porque o que me interessa na ATA e o que interessa é, legalmente, qual foi a decisão tomada por este órgão. E isso é que é importante para quem vier controlar a ATA. Venha cá o Tribunal de Contas e o que é que ele vai ver a Ata? Qual foi a decisão, a justificação, as declarações de votos ou não há. Isso é que é fundamental. O senhor Presidente não pode confundir uma ata com uma ata de uma entrevista a um candidato, em que cada um dos seus membros tem que dizer porque é que atribui a nota xpto àquele candidato. Nem uma ata pode ser um livro de obra. Estamos a confundir tudo. Um livro de obra é que menciona todos os atos que se realizaram naquela obra. Uma ata é uma questão política, não tem nada a ver com questões técnicas.

Agora, eu tenho o prazer, daqui a uns anos, de pegar nas atas que lá tenho em casa e mostrar às minhas netas: o vosso avô, falou, falou, falou, interveio, defendeu, criticou, foi criticado, trataram-no mal. Vou ter esse prazer, mas mais nada. Eu não vou comparar as atas deste mandato com o mandato anterior, porque elas são totalmente díspares.

Já quando é a questão do livro de obra pá, aí eu tenho a preocupação de ler o que é que lá está escrito, o que é que o arquiteto disse, o que é que eu representante da obra disse, o que é que o representante da entidade adjudicatária disse. Isso tem que ser tudo dito. E porque é que foi aquele equipamento e porque é que é mármore e passou a ser pedra, e porque é que deixou de ser cimento para passar a ser betão, e porque é que há trabalhos complementares e porque é que não houve trabalhos complementares. Aí tem que estar tudo escrito, porque

aí são valores. Senhor Presidente, de uma vez por todas, não confunda uma coisa com a outra.»

Sérgio Louro, CHEGA: (3:07:46")

«Só quero fazer umas breves notas. Já hoje falámos aqui bastante do "1.º Direito". Acho que é consensual que tem que ser alargado não só às famílias carenciadas, mas aos jovens. Tendo a Câmara um bom desempenho financeiro, há condições, realmente, para o Executivo pensar em alterar alguma coisa.

Queria dizer, pedir, ao nosso colega Pedro Martins para, posteriormente, ouvir a gravação ou ler a ata, e ver onde é que eu tive, no meu discurso, alguma coisa é que se possa considerar xenófobo, se não prestou atenção.

Já muitas vezes também falei aqui na importância da Câmara ter uma boa sustentabilidade financeira. A Câmara tem um bom desempenho, neste exercício. No mapa de pessoal votei contra por entender que se está a contratar demasiadas pessoas e, com isso, a aumentar os custos fixos. E, portanto, o que é realmente sempre imprescindível é tentar ter algum superavit.

No entanto, e como já outros colegas aqui disseram, dinheiro a mais no banco apenas serve para os bancos engordarem um pouco mais.

E também já aqui foi dito por mim, várias vezes, que é importante fazer bons investimentos e os bons investimentos é investir em coisas que reduzam os custos a médio e longo prazo, sobretudo investimentos, cuja poupança, no futuro, venha a gerar proveitos, como a questão das energias renováveis, que está na agenda deste Executivo. O problema é que já passou um ano e nada foi feito.

Falou-se muito no "1.º Direito", mas é preciso também começar a falar mais na terceira idade. Há um problema grave que é a falta de lares e onde os nossos idosos possam ficar, porque as famílias, neste momento, não têm a possibilidade de tomar conta dos idosos, como no passado acontecia. Nesse sentido, este Executivo também poderia olhar para este problema e poderia, realmente, ponderar como ajudar as nossas associações ou, autonomamente, promover a construção de mais infraestruturas para cuidar dos idosos, sobretudo na sua fase terminal de vida. Por exemplo, tenho conhecimento de um projeto que não há maneira de sair do papel e gostaria até de ver o Executivo, e nomeadamente o seu Presidente, que até cresceu nesse lugar. Estou a falar concretamente de no projeto Aquém Renasce, que não há maneira de sair do papel, apesar de, penso eu, se não estou errado, até já ter local onde o mesmo há de ser construído.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (3:11:01")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Só fazer aqui uma nota. Validar aquilo que o Pedro Cristo disse e fazer aqui uma referência. Olhe, mais uma curiosidade senhor Flor Agostinho.

Em abril de 2019, dizia-se assim "realça-se que o meritório à concretização da obra, ao mesmo tempo que se diminui a dívida, parabenteia a Câmara Municipal pela boa gestão dos dinheiros públicos. Afirma que, para um ano de mandato, é um excelente desempenho e um grande nível de execução. Refere o bom posicionamento do Município de Ílhavo no ranking efetuado pela Ordem dos Contabilistas Certificados. Pede à bancada do Partido Socialista que identifique qual foi o imposto que a Câmara Municipal subiu e para que valor. Margarida Alves". Hoje, parece que foi a mesma coisa.

Falámos aqui sobre a referência do Município; também não percebi se subiu algum imposto, ou não, no ano passado, mas acho que até houve um imposto que teve 1% abaixo daquilo que seria o valor, que foi o IRS, não é? Estamos de acordo. O IMI não, o IMI baixou para 2023, estamos aqui a trocar. Eu gostava de ouvir assim estas coisas, estás a ver? Porque não fugiu de nada daquilo que está aqui dito, não mudou assim tanto. Também é o primeiro ano de mandato. As obras correram, até tinham algum fundo também para dizer quem as fez, quem as continuou. Elogiar quem quis continuar essas obras, quem aceitou que estas obras se pudessem continuar. Mas pronto,

Relativamente ao relatório, penso que as coisas estão fechadas, senhor Presidente. Relativamente à proposta de aplicação de resultados, também penso que não há nada a dizer. Os senhores autarcas também não referiram muito sobre isso. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (2:13:01")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Portanto, a votação é ponto a ponto.

Ponto 5, “Apreciação do Relatório de Gestão e prestação de Contas 2022”. Concluídas todas as intervenções. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

O “Relatório de Gestão e prestação de Contas 2022” foi aprovado por **maioria**, com 8 votos a favor e 16 abstenções.

Ponto 6, “Aplicação dos resultados de 2022”. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

A “Aplicação dos resultados de 2022” foi aprovado por **maioria**, com 10 abstenções e 14 votos a favor.»

Ponto 7. "Mapa dos compromissos plurianuais assumidos no 2.º semestre de 2022 para a locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (3:15:04")

«Vamos passar ao ponto 7, “Mapa dos compromissos plurianuais assumidos no 2.º semestre de 2022, para a locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços”. Senhor Presidente por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (3:15:19")

«Muito obrigado, senhor Presidente. A comunicação está feita, portanto, se houver alguma coisa a comentar perante as dúvidas dos senhores autarcas, depois farei o comentário necessário e responderei ao que me for questionado. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (3:15:33")

«Vou abrir então as inscrições. Portanto, nós, como juntámos aqui o ponto 5 e o ponto 6. No ponto 5 foi o PS que iniciou. No ponto 6 seria ser o ‘Unir Para Fazer’. Portanto, vamos considerar o ‘Unir Para Fazer’ no ponto 7. Há alguma inscrição para intervenções? Não. Senhor Presidente, quer dizer mais alguma coisa? Também não.

Foi deliberado **tomar conhecimento** do Mapa dos compromissos plurianuais assumidos no 2.º semestre de 2022, para a locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços.»

Ponto 9. "Projeto do Regulamento Prémio Municipal de Arquitetura de Ílhavo".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (3:16:26")

«Muito bem. É meia-noite, exatamente meia-noite. Eu proponho o seguinte: fazer aqui uma alteração à ordem de trabalhos. Deixamos para a próxima semana, iniciarmos na próxima semana com o ponto 8, a comunicação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, e tentaríamos ainda hoje fechar o ponto 9, que é o “Projeto Regulamento do Prémio Municipal de Arquitetura de Ílhavo”. Deixo isto à consideração. Todos de acordo? Muito bem.

Vamos então fazer essa alteração. Fechamos com o ponto 9, porque, depois, os outros pontos são pontos que vão levar muito mais tempo.

Ponto 9, “Projeto do Regulamento Prémio Municipal de Arquitetura de Ílhavo”. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (3:18:02")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Dava a palavra ao senhor vereador João Semedo.»

Vereador do Executivo, João Semedo: (3:18:02")

«Peço desculpa pela demora, mas estava a preparar-me para atividade municipal.

O objetivo deste prémio de arquitetura, de uma forma muito sintética é, de facto, promover grandes obras que sejam executadas no nosso Município, e destacar a qualidade, tanto conceptual, como de execução. Desta forma, podemos premiar não só quem desenha, regra geral, o arquiteto, mas também o dono de obra ou o empreiteiro, não estando de parte, também, eventuais grandes obras de engenharia, sendo que essas, regra geral, nos municípios são sempre de iniciativa municipal e normalmente são em menor número.

Em termos de prémio, ele não está definido ainda porque aquilo que se pretende é mesmo o reconhecimento da obra e da execução, e é isso que nós queremos destacar. Portanto, queremos fomentar, de facto, que se possa fazer projetos mais diferenciados e que seja mais agradável, em termos urbanísticos, deambular pelo nosso Município. E que haja, de facto, orgulho naquilo que se executa.

Portanto, para uma primeira apresentação, senhor Presidente, ficava-me por aqui. Depois deixo-me para a eventuais esclarecimentos. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (3:20:46")

«Muito bem, muito obrigado. Vou então abrir as inscrições da primeira ronda. Do CHEGA? Sim. Do PS? Luís Leitão. Do 'Unir'? Não há inscrições. Do PSD, Flor Agostinho. Muito bem, vamos começar pelo Sérgio Louro, por favor.»

Sérgio Louro, CHEGA: (3:21:28")

«É uma boa iniciativa, criar um prémio de arquitetura. No entanto, depois de ler fiquei com uma dúvida. O senhor vereador João Semedo disse que o prémio não está definido, mas creio que vi taças. Se li bem, está previsto umas taças ou algo assim do género. Pode esclarecer melhor?»

Luís Leitão, PS: (3:22:16")

«Muito breve. Eventualmente, por falta de uma leitura transversal, tinha-se colocado a dúvida da do processo. Um dos assuntos que me gerou alguma dúvida foi: quem é que é beneficiado, ou quem é que é contemplável neste âmbito? É quem se candidata ou se todos aqueles que têm obra ou processo? E qual é o período? Fiquei com essa dúvida, talvez falta de atenção e confesso a minha ignorância. Não há aqui segundas leituras, não há segundas interpretações. Quem inicia a obra, ela está eternamente a concurso ou foi uma má interpretação minha? E qual é o período em que, depois de completar o processo de encerramento da obra, qual é o período em que essa obra poderá voltar a concurso?

Por fim, era a questão da ambição. Eu acho uma boa ideia que estimula a melhoria da nossa arquitetura e da nossa obra, estimula também a criatividade de profissões que nem sempre são devidamente remuneradas, face aos custos e à cultura, muitas vezes, também do nosso país, e, portanto, essa forma até seria uma forma de estimular a recuperação do edificado, que muitas vezes é feita com tijolos e cimento e que agora poderá ser feito com a criatividade e passar de uma mudança, de uma recuperação, de uma habitação feita por um simples técnico para alguém que acaba por ter um pouco mais de ousadia e dar um toque diferente ao seu edificado. E também aos projetos novos. E, por fim, puxem lá da criatividade e dos cordões à bolsa, arranjem um prémio com a dignidade que passe a ser referência. Não precisam de ser 25 mil euros, mas podem ser também alguns euros.

Temos também peças que podem ser desenvolvidas com um cariz de originalidade e que durante 'x' tempo será uma peça de autor replicada durante não sei quantos anos. Pronto, era só uma sugestão.»

Flor Agostinho, PSD: (3:24:42")

«Venho aqui para enaltecer esta iniciativa que me parece merecer todo o nosso acolhimento, porque poderá trazer algo de novo para o Concelho e inovador para o Concelho.

Eu também já tinha suscitado a questão do prémio, porque eu acho que o prémio é fundamental, quer dizer, é a cenoura para se fazer o projeto. É a ambição, é, enfim, promover a criatividade, porque se o prémio for reduzido, nesse caso, penso que a adesão deve ser muito fraca.

Como diz o artigo 18.º, "a CMI inscreverá, bienalmente, no seu orçamento os meios financeiros para premiar este prémio". Portanto, eu pensei que estando isto no regulamento, iríamos saber qual é o prémio, mas o prémio, então, vai ficar em segredo até ao próximo

orçamento, e no próximo orçamento, certamente, haverá uma verba já disponível para premiar os melhores.

E como nós agora temos, penso eu, em Ílhavo duas localidades simbólicas. Para mim uma é a Costa Nova, sempre foi desde o início, aquela questão das riscas, não é? Eu ainda sou do tempo em que alguém nesta casa era contra as riscas e quis, definitivamente, acabar com as riscas nas casas. E eu, aqui sentado, sempre defendi as riscas e a manutenção das riscas, e não estou arrependido. E foi por isso começaram a aparecer contentores pintados às riscas, apareceram bancos pintados às riscas, para contrariar uma pessoa desta casa que não defendia as riscas porque as casas na altura já começavam a ser de cimento, e dizia, então, que o cimento não era madeira, a madeira que era o tradicional, e, então, se é de cimento acabem-se as riscas, acabe-se o tradicional. Mas eu sempre defendi porque via turistas a tirarem as fotografias às casas e depois enquadravam os contentores nas casas. Isto é que foi uma maneira de projetar aquela terra.

Portanto, penso que poderemos ter ali novidades arquitetónicas, na Costa Nova. E termos uma novidade mais modernista. Poderá ser uma grande oportunidade de manter aquele tipo de traça que temos, hoje, na fachada principal e no interior poderemos ter outro tipo de característica para as casas. E também podemos aproveitar esta oportunidade já que temos uma Aldeia de Portugal no Concelho, caracterizá-la. Porque, em termos urbanísticos, aquela aldeia para mim é cimento e azulejo. É muito pouco de tradicional, quer dizer. Nós, se fomos para o interior, quando temos uma aldeia tradicional, é o granito, pintura branca ou o vermelho ou as pinturas alentejanas. Sinceramente, Vale de Ílhavo, em termos arquitetónicos é assim uma amálgama de conjuntos e de composições que não caracterizam aquilo que eu sempre pensei que deveria caracterizar uma aldeia típica da nossa região.

É uma boa oportunidade. Certamente poderá ser uma boa oportunidade para aparecerem ali projetos e depois terem seguidores com outros projetos. Vocês vejam o que é a Universidade de Aveiro. A Universidade de Aveiro, hoje, é um exemplar arquitetónico porque cada edifício foi construído por um dos grandes arquitetos deste país. É uma montra para alunos de arquitetura visitarem a universidade porque tem lá os arquitetos, todos os grandes arquitetos portugueses ali estão referenciados.

Certamente podemos ter esta grande oportunidade de ter duas localidades com referências a nível nacional e internacional.

Votaremos a favor, mas gostaríamos que este prémio fosse bem reforçado, porque senão certamente não vamos ter qualidade naquilo que pretendemos, que é ser marca, referência e sermos um exemplo para o país.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (3:29:05")

«Obrigado, senhor Presidente. Vou passar aqui ao senhor Vereador.»

Vereador do Executivo, João Semedo: (3:19:11")

«Ficamos então contentes que haja aqui um reconhecimento desta proposta e uma valorização. Temos que referir o facto da arquitetura ser uma das formas de arte, e, se calhar, uma das mais nobres, porque depois tem um resultado e dessa arte tiramos uma utilidade. E tem um impacto direto nas pessoas, nos territórios. Isso sim, é importante e era isso que queríamos valorizar.

Estou consciente também que os técnicos e os donos de obra também não farão os seus investimentos ou desenvolverão os seus trabalhos a contar com um prémio monetário. Isso temos que deixar mesmo para quem paga as obras e para quem vai investir, para quem paga aos projetistas que eles é que têm realmente essa função, mas lá chegaremos.

Se estivermos atentos ao regulamento ele é bem claro. Estamos a falar de um prémio que será definido a cada edição. Portanto, a cada edição poderemos definir, e, se calhar, o que definiríamos hoje, não iríamos gostar para a próxima edição. Assim, se calhar, podemos sempre fazer melhor e todos decidiremos, na altura, qual é que será o prémio. Portanto, vamos deixar essa parte mais para o futuro.

O que importava aqui, de facto, é defendermos hoje, é discutirmos hoje a importância do prémio e a importância do regulamento que foi desenvolvido. Este regulamento foi um trabalho de uma equipa vasta interna desta Câmara Municipal, que passou por uma pesquisa muito grande de outros regulamentos, estudar como é que eram as dinâmicas do mercado, aquilo que gostaríamos de ver no nosso município, como gostaríamos de encarar a arquitetura. Temos muitos maus exemplos, como o senhor doutor Flor Agostinho também referiu, mas também temos o privilégio de ter muito bons exemplos. E, se calhar, se os

valorizássemos, se os destacássemos, também sabemos que muitos arquitetos ficariam satisfeitos se vissem as suas obras difundidas. Hoje, as redes sociais são um bom motor, e em revistas de referência ou noutro tipo de meios. E certamente que essa publicação e essa difusão da informação lhes trará maiores proveitos do que, se calhar, um prémio monetário, ou poderá ter um alcance muito maior.

E é, de facto, isso queremos fomentar: a arquitetura e os bons técnicos que queiram investir em Ílhavo. Até temos tido projetos, ultimamente, em fase de licenciamento, muito interessantes e que, certamente, poderão trazer benefícios muito grandes para a nossa paisagem.

Falava-se há pouco, como é que as obras poderiam ser elegíveis ou não. Portanto, a primeira edição contará com os últimos 4 anos, uma vez que é a primeira. Depois, o prémio desenvolver-se-á de 2 em 2 anos. As obras serão, numa fase inicial, triadas pelo nosso gabinete técnico, portanto, a divisão de obras particulares. No entanto, depois, o júri também poderá propor e, seja o dono de obra, seja um arquiteto ou a própria comunidade, também podem propor obras. Cabem todos neste prémio, isso acho que é o mais importante, é a abrangência.

Importa também aqui referir a forma como o regulamento foi desenvolvido. Como referi há pouco, não só pelo trabalho interno, mas aquilo que fizemos com associações profissionais. Convidamos a Ordem dos Arquitetos a juntar-se a nós e emitir parecer. E partilho convosco também a satisfação da Ordem dos Arquitetos quando viu o regulamento. Achou que estava bem desenhado e propôs-nos algo, que partilho convosco, que estávamos a discriminar. Nós estávamos a retirar as obras municipais. Uma vez são obras municipais, sendo o Município a desenvolver o concurso, se calhar não fazia muito sentido. No entanto, a Ordem dos Arquitetos propôs uma alteração para podermos também reconhecer os técnicos municipais, já que as câmaras municipais também têm excelentes técnicos a desenvolver a sua atividade e que também tem o direito de serem reconhecidos. Até para, cada vez mais, poderem desenvolver melhor o seu trabalho e se sentirem mais motivados.

Também foi convidada a Ordem dos Engenheiros, que também demonstrou grande satisfação e, uma vez que regra geral, também não é muito a ouvida neste tipo de situações, porque a ligamos muito a arquitetura. Mas mesmo que a obra tenha um maior destaque de arquitetura, nunca nos podemos esquecer que um engenheiro também tem que a desenvolver. E quando digo engenheiro, não é só civil, mas de todas as outras áreas, porque também temos sempre a componente da sustentabilidade.

Temos aqui várias componentes em avaliação, já para não falar também, como tinha referido inicialmente, que poderá haver mesmo uma grande obra de engenharia, sendo que a probabilidade é inferior.

Portanto, é isto que me cabe responder. Fico satisfeito por este reconhecimento e deixo também aqui a possibilidade, que está prevista, que é de designarmos depois um patrono. Portanto, após a aprovação, se assim ocorrer, deste regulamento também em breve iremos propor um patrono para este prémio, que seja reconhecido pela nossa Comunidade, à semelhança do que existe também a nível nacional, não só nos projetos e prémios de âmbito nacional, como também municipais que regra geral, têm patrono. Também estamos a estudar essa possibilidade para dar também mais nome ao prémio. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Sérgio Louro, CHEGA: (3:35:58")

«Já vamos sendo habituados a colocarmos questões e não obtermos resposta. Começa a ser um hábito. Eu coloquei uma questão que era: eu li aqui, e trouxe o computador para ver e fui consultar novamente porque a minha memória poderia estar a atraiçoar-me, mas não. “O prémio concedido pela Câmara Municipal de Ílhavo, consubstancia-se na entrega de três troféus à obra escolhida pelo júri”. Eu entendo troféus como taças. Realmente, eu e os meus colegas não sabíamos qual será o prémio, claro, mas taças... não iam fazer ninguém andar atrás de taças. Um prémio monetário sim, irá fazer. Tenho 4 minutos. É sempre complicado dizer alguma coisa a contrarrelógio.

Isto é uma boa iniciativa para promover o Concelho de Ílhavo, isto na sequência das comemorações do nosso Município, onde eu e outras pessoas focámos a necessidade de projetar o nosso município, deixar de estar à sombra do Município de Aveiro.

Não sei se é cópia ou não, já conheço este prémio no Município de Aveiro há algum tempo. Tinha sido ótimo sermos nós a ter iniciativa, mas não sendo continua a ser uma boa forma de projetar o nosso município e assim trabalharmos nesse sentido. Obrigado, senhor Presidente.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (3:37':37")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Nós vamos tentar procurar que o prémio seja encontrado aqui numa empresa local. Ainda não percebemos qual poderá ser o fornecedor. Portanto, ainda não temos essa resposta e não sabemos também qual é o metal que vamos usar, nem a cerâmica. Vamos ver o que é que vamos fazer sobre isso. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (3:37':57")

«Muito bem, Senhor Presidente.

Concluídas todas as intervenções coloco a votação ponto 9 da Ordem do Dia: "Projeto do Regulamento Prémio Municipal de Arquitetura de Ílhavo". Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

O ponto 9 foi aprovado por unanimidade.»

Conclusão

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (3:38':23")

«Ficamos por aqui, hoje. Dizer-vos que a Mesa apreciou o facto de utilizarmos o nosso copinho, ou copo, que diz: "eu sou um copo reutilizável, não me deites fora, nem me leves para casa". Portanto, nós vamos precisar do copo de hoje a oito dias, ok?»

Ata em Minuta

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (3:37':57")

«Portanto, vamos só concluir com a leitura da Ata em Minuta, pelo nosso primeiro Secretário.»

Depois de lida e não se verificando quaisquer intervenções, a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata. (03:40':57")

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (3:41':14")

«Boa noite. Muito obrigado. Bom fim de semana e até à próxima sexta-feira. Obrigado a todos.»

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 00:42 do dia 6 de maio.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Técnico Redator

Assinado por: **MIGUEL PEDRO DE NORONHA E ABREU ARAUJO DA SILVA**
Num. de Identificação: 07260530
Data: 2023.06.26 19:19:08+01'00'

(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

(Miguel Pedro Araújo)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na segunda reunião da Sessão Ordinária de Abril, realizada a 5 de maio de 2023, no Salão Nobre dos Paços do Município.

Sessão Ordinária de Abril Reunião de 05MAI2023

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
GRUPO MUNICIPAL PSD			
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos			X
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			X
António José Flor Agostinho			X
André Filipe Casqueira Guimarães			X
Irone Maria Ribau Esteves Tavares			
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves			X
Sara Marina Tomé Fernandes	substitui (365 dias)		X
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		X
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		X
Luis Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		X
Hugo Filipe Casqueira Coelho	suspensão 365 dias		
Pedro Labrincha da Rosa Novo	PERDA DE MANDATO		
GRUPO MUNICIPAL UPF			
José Manuel Figueiredo Pinto Reis			X
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			
Pedro Miguel Cristo Graça			X
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			
Cláudia Cristina Fernandes Reigota			X
Daniela Ribeiro Alegria			X
Mariana Silva Lopes	(substitui 365 dias)		X
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		X
João Pedro Ribau Casqueira	suspensão 365 dias (28ABR2023)		
GRUPO MUNICIPAL PS			
Pedro José Catarino Senos Tróia			X
Luis Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			X
António Pedro Oliveira Martins			X
Diana Catarina Anastácio Gandarinho			X
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho			X
Modesto Manuel dos Santos			
Sara Daniela Silva Pinho	RENÚNCIA DE MANDATO		
GRUPO MUNICIPAL CHEGA			
Sérgio Louro			X

EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente		X
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador		X
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		X
María de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		X
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		X
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		X
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador		X
SUBSTITUIÇÕES			
Gabriel de Almeida Fernandes substitui Modesto Manuel dos Santos			X
Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			X
Paula Alexandra da Graça Ferreira substitui Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			X

Renúncia de Mandato: Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Perda de Mandato (15 abril 2023): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 25 novembro 2022): Hugo Filipe Casqueira Coelho (PSD)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 28 abril 2023): João Pedro Ribau Casqueira (UPF)

Ílhavo, 05 de maio de 2023

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.

Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal

Miguel Pedro Araújo





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL (reunião de 5 de maio de 2023)

Aos cinco dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, para a segunda reunião da Sessão Ordinária de Abril de 2023, para apreciação e votação dos seguintes pontos:

Ponto 4. "Oferta Pública de Aquisição de Imóveis para Implementação de projetos no âmbito do investimento RE-C02-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. Aviso de publicitação n.º 01/C02-i01/2021-Componente 02 - Habitação".

O ponto foi **Aprovado** por **Maioria**, com 23 votos a favor (8 UPF; 9 PSD; 6 PS), 1 abstenção (1 CHEGA) e 0 votos contra.

Ponto 5. "Apreciação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2022".

O ponto foi **Aprovado** por **Maioria**, com 8 votos a favor (8 UPF), 16 abstenções (9 PSD; 6 PS; 1 CHEGA) e 0 votos contra.

Ponto 6. "Aplicação dos resultados de 2022".

O ponto foi **Aprovado** por **Maioria**, com 8 votos a favor (8 UPF), 16 abstenções (9 PSD; 6 PS; 1 CHEGA) e 0 votos contra.

Ponto 7. "Mapa dos compromissos plurianuais assumidos no 2.º semestre de 2022 para a locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços". Deliberado tomar conhecimento.

Ponto 9. "Projeto do Regulamento Prémio Municipal de Arquitetura de Ílhavo".

O ponto foi **Aprovado** por **Unanimidade**.

*A Sessão tem continuidade no dia 12 de maio, conforme previamente indicado na Convocatória. Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata da reunião de 5 de maio de 2023, respeitante à Sessão Ordinária de Abril, sendo a mesma aprovada por: **UNANIMIDADE**.*

O Presidente da Assembleia Municipal

Assinado por: **PAULO ALEXANDRE DE AGUIAR
PINTO MATOS DOS SANTOS**
Num. de Identificação: 10038235
Data: 2023.05.07 11:52:44+01'00'

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

O redator

Assinado por: **MIGUEL PEDRO DE NORONHA E
ABREU ARAUJO DA SILVA**
Num. de Identificação: 07260530
Data: 2023.05.06 18:49:15+01'00'

Miguel Pedro Araújo



DECLARAÇÃO DE VOTO

Proposta de Relatório e Contas de 2022

A proposta de Relatório e Contas de 2022 da Câmara Municipal de Ílhavo é o reflexo das opções políticas de uma maioria liderada pelo movimento Unir para Fazer (UPF), em relação à qual o Partido Socialista manteve a expectativa de que o seu projeto fosse de efetiva mudança face aos mandatos anteriores, conforme veiculado durante a campanha eleitoral.

Se as opções políticas da maioria UPF têm sido de difícil escrutínio, em face da comunicação difusa das respetivas prioridades, no que toca ao exercício contabilístico de registo da realidade financeira da autarquia, O GRUPO MUNICIPAL do PS declarar que, não havendo evidência, dentro daquilo que nos é permitido escrutinar, de divergência da documentação face ao exercício, não se coloca qualquer objeção ao que nela consta.

Dito isto, é útil aproveitar este momento para refletir sobre o quadro político do exercício de 2022 e os desafios que se colocaram e colocam à atual maioria que governa o Município. Ultrapassada a etapa de adaptação dos eleitos do UPF às novas funções, o que nos parece ter demorado demasiado tempo, já é possível fazer uma avaliação do trabalho por si desenvolvido, tendo o Relatório e Contas de 2022 como instrumento para o efeito.

O ano de 2022, contexto socioeconómico que gerou extraordinárias dificuldades para as famílias, as associações, as IPSS, o comércio local, foi um ano de acumulação de capital pela Câmara, que incrementou em 2 milhões de euros a dimensão da sua receita, face a 2021, 5 milhões acima do que havia sido previsto pela maioria UPF, aquando da elaboração do Plano e Orçamento. Importa sublinhar que esta dinâmica não é original. Repete, ainda que numa escala muito maior, o conformismo da maioria anterior.

A receita de taxas e impostos aumentou em cerca de 3 milhões de euros, com destaque para o aumento da arrecadação de IMT em cerca de 1,5 milhões de euros, para a duplicação da receita de Derrama, que se fixou em quase 2 milhões de euros, e para a





receita proveniente de Taxas, Multas e Outras Penalidades, que aumentou em 400 mil euros. Em sentido inverso, as receitas de capital caíram a pique, reduzindo em cerca de 3 milhões de euros, o que se justifica pela travagem no investimento financiado por fundos comunitários.

Ora, neste contexto de aumento de receitas, a que é alheia qualquer mestria da maioria UPF, impunha-se que a Câmara tivesse aproveitado a extraordinária folga financeira para responder às dificuldades da comunidade que serve. Mas tal não sucedeu, tendo transitado um saldo de gerência inédito de cerca de 7 milhões de euros. Se é verdade que podemos constatar o aumento das despesas correntes, tendência influenciada pelo aumento dos preços dos bens e serviços adquiridos pela Câmara, não podemos fechar os olhos à queda abrupta do investimento.

Perante esta realidade orçamental que cedo se consolidou no decorrer do ano de 2022, de crescente folga orçamental proveniente do aumento da receita fiscal e da diminuição do investimento, e apesar dos inúmeros apelos do Partido Socialista - Tanto na CMI como nesta AMI, a maioria UPF sempre recusou diminuir a taxa de IMI para o mínimo legal e de participação variável no IRS para 3%; negou-se a diversificar a tipologia dos apoios sociais às famílias, com cada vez menos poder de compra; aumentar os montantes investidos nos acordos de cooperação com as associações e as IPSS, com crescentes dificuldades financeiras pelo aumento dos custos de operação; incrementar a descentralização de competências para as juntas de freguesia e por essa via aumentar os montantes financeiros investidos; implementar medidas de incentivo ao consumo no comércio local, sempre os mais afetados pelas dinâmicas socioeconómicas negativas, somando os efeitos da crise inflacionista à aflição com que sobreviveram à crise pandémica.

O Relatório e Contas de 2022 demonstra que a maioria UPF desperdiçou a capacidade financeira da Câmara Municipal para enxergar o que pode e deve ser feito para melhorar a sua capacidade de intervir positivamente na vida dos que aqui vivem, trabalham e nos visitam.





A capacidade orçamental da Câmara permitiu ao Executivo Municipal fazer mais, mas a maioria UPF não quis ou não soube. É certo que o contexto internacional é exigente e teve impactos orçamentais que devem ser acautelados. Mas essa incerteza, de grau relativo, não podia conduzir-nos ao imobilismo.

Terminado o período de adaptação da nova maioria, ansiava-se a mudança que os eleitores expressaram querer no dia 26 de setembro de 2021. Estamos, aqueles que constituíram essa maioria social de mudança, desiludidos porque os intérpretes escolhidos demonstram incapacidade de a concretizar, ou falta de vontade. Somos obrigados a constatar que entre esta maioria e a anterior só mudou a nomenclatura.

Há alternativa à prossecução da política seguida em ciclos políticos anteriores. Em 2022, a maioria UPF demonstrou não ser capaz de a concretizar.

Face ao exposto e em total sintonia com a posição do Vereador do PS o GRUPO DO PS na AMI não pode subscrever as opções políticas subjacentes ao Relatório e Contas de 2022, pelo que opta pela **abstenção**.

Ílhavo, 5 de maio de 2023

Pelo Grupo do Partido Socialista na AMI

Assinado por: **LUÍS PEDRO VILARINHO LEITÃO DE FIGUEIREDO**

Num. de Identificação: 06958720

Data: 2023.05.08 12:17:02+01'00'

